

AÇÕES FORMATIVAS SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA TODOS OS
SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E, EM ESPECIAL, PARA OS MEMBROS DAS
COMISSÕES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE	3
2. RESUMO DO PLANO DE TRABALHO	3
3. HISTÓRICO DA PROPONENTE	7
3.1 O Instituto Vladimir Herzog	7
3.2. Experiência em EDH	8
4. PROPOSTA PARA AS AÇÕES FORMATIVAS	13
4.1. Ações formativas sobre Educação em Direitos Humanos para serem oferecidas para todos os educadores da RME	15
4.1.1. Ação Formativa para beneficiárias do POT e para famílias que compõem as instâncias de participação das Unidades Educacionais	18
4.2. Ações formativas para subsidiar e fortalecer as ações da Mediação de Conflitos nas atribuições das Comissões de Mediação de Conflitos	21
4.3. Ações formativas sobre a importância da participação ativa no contexto escolar, tendo em vista as instâncias de participação democrática	26
4.4. Eventos formativos integradores: Seminários Regionais e Grande Encontro envolvendo todas as Comissões de Mediação de Conflitos	29
4.5. Ações formativas com vistas a fortalecer as ações das Comissões de Mediação de Conflitos das DREs	31
4.6. Ação piloto sobre Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos	33
4.7. Conteúdos de Linguagens e Sensibilização para complementar atividades formativas	41
4.8. Cadernos do Respeitar é Preciso!	42
5. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	44
5.1. Escopo das ações de Monitoramento e Avaliação do projeto:	44
5.2. Avaliação da implementação de Comissões de Mediação de Conflitos em Unidades Educacionais de uma DRE, por amostragem	47
6. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS	49
7. RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL	56
8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	57

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome da OSC: Instituto Vladimir Herzog		
CNPJ: 11.150.930/0001-48	Endereço: Rua Duartina, 283 - São Paulo, SP	
Complemento:	Bairro: Sumaré	CEP: 01256-030
Telefone: (DDD): (11) 2894 6650	Cel.: (DDD): (11) 97610 3282	E-mail: <u>contato@vladimirherzog.org</u>
E-mail: <u>rogerio@vladimirherzog.org</u>		Site: <u>www.vladimirherzog.org</u>
Dirigente da OSC: Rogério Sottili		
CPF: 277.854.400-34	RG: 3653469-6	Órgão Expedidor: SSP
Endereço do Dirigente: Rua Carlos Weber, 1.419, apartamento 142 - Vila Leopoldina		

2. RESUMO DO PLANO DE TRABALHO

VALOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO:
TOTAL: R\$ 4.896.169,20

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Ações formativas sobre Educação em Direitos Humanos para serem oferecidas para todos os educadores da RME	Público alvo: 650 educadores da RME contemplando as 13 DREs por formação	Carga horária da formação
Duas ações formativas em formato <i>semipresencial</i> , uma por ano, com 6 atividades cada, totalizando 12 atividades no projeto.	650 servidores por ação formativa, totalizando 1300 servidores no projeto.	21h por ano e por turma, totalizando 546 horas de formação no projeto.
Ação Formativa para beneficiárias do POT e para famílias que compõem as instâncias de participação das Unidades Educacionais	Público alvo: beneficiárias do POT e famílias que compõem as instâncias de participação das UEs (CMC, Conselho de Escola, APM), contemplando as 13 DREs por formação	Carga horária da formação
Duas ações formativas à distância, uma por ano, com 5 atividades cada, totalizando 10 atividades no projeto.	A definir	15h por ano e por turma, totalizando 390 horas de formação no projeto.
Ações formativas para subsidiar e fortalecer as ações da Mediação de Conflitos nas atribuições das Comissões de Mediação de Conflitos	Público alvo: 650 educadores da RME, membros das Comissões de Mediação de Conflitos, contemplando as 13 DREs por formação	Carga horária da formação
Uma ação formativa, em formato <i>presencial</i> , distribuída em 3 módulos, com 5 encontros para cada um dos módulos, totalizando 15 encontros em 2 anos.	No mínimo, 650 servidores no projeto.	81h (75h presenciais + 6h à distância) por turma (13 turmas), totalizando 1053 horas de formação no projeto.
Ações formativas sobre a importância da participação ativa no contexto escolar, tendo em vista as instâncias de participação democrática	Público alvo: 650 educadores da RME contemplando as 13 DREs por formação	Carga horária da formação
Duas ações formativas, uma por ano, com 8 atividades no formato semipresencial, sendo 4 atividades no formato presencial e 4 atividades à distância, totalizando 16 atividades em dois anos.	O público das atividades será definido a partir do local e plataforma estabelecidos	24h por ano, totalizando 48h de formação no projeto.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Eventos formativos integradores: Seminários Regionais e Grande Encontro envolvendo todas as Comissões de Mediação de Conflitos	Público alvo: 650 educadores da RME, membros das Comissões de Mediação de Conflitos, contemplando as 13 DREs por evento	Carga horária do evento
Quatro eventos formativos integradores, dois por ano.	650 servidores por evento formativo, totalizando 2600 servidores no projeto.	34h por ano, totalizando 68h de eventos no projeto.
Ações formativas com vistas a fortalecer as ações das Comissões de Mediação de Conflitos das DREs	Público alvo: Equipes de DICEU, NAAPA, DIPED e Supervisão Escolar que constituem as comissões de mediação de conflitos, contemplando as 13 DREs	Carga horária da formação
Uma ação formativa com 10 atividades, sendo 5 atividades, por ano, totalizando 10 atividades em dois anos de projeto.	No mínimo, 52 servidores.	20h por ano, totalizando 40h de formação no projeto.
Ação piloto sobre Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos	Público alvo: Equipes de DICEU, NAAPA, DIPED e Supervisão Escolar que constituem as comissões de mediação de conflitos e gestores escolares, contemplando as 13 DREs	Carga horária dos encontros
Seis encontros formativos para cada um dos 5 GT-Regionais, sendo 2 GT-Regionais no primeiro ano e 3 GT-Regionais no segundo ano; totalizando 30 encontros dos GT-Regionais. 30 momentos de consultoria com 6h cada; 70 momentos de assessoria com 6h cada; 3 atividades formativas com gestores por GT-Regional; atividades de acompanhamento de suporte para DRE Guaianases; escrita e editoração de novo Caderno Respeitar é Preciso.	Diretamente, no mínimo, 427 servidores, sendo aproximadamente 52 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs, 260 gestores de 260 unidades educacionais da rede municipal das 13 DREs, 115 servidores das equipes gestoras de 37 unidades educacionais da DRE Guaianases e equipe de mediação de conflitos da mesma DRE.	- Grupos de trabalho: 60h no primeiro ano e 90h no segundo ano, totalizando 150h no projeto; - Consultoria: 60h no primeiro ano e 140h no segundo ano, totalizando 200h no projeto; - Assessoria: 440h no projeto - Acompanhamento na DRE Guaianases: 40h - Formação de gestores/as: 60h TOTAL: 890h no projeto
Conteúdos de Linguagens e Sensibilização para complementar atividades formativas	Público alvo: Atingir o maior número possível de educadores da RME	Produtos previstos

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Criação constante de conteúdos de Linguagens e Sensibilização publicados no Portal Respeitar é Preciso! (como entrevistas, vídeos, artigos, matérias) e documentação de eventos integradores, além da criação de materiais de divulgação e edições de jornal ou revista; as estratégias destes conteúdos e materiais serão definidas no Plano de Linguagens e Sensibilização a cada início de ano do projeto.	No mínimo 6000.	Pelo menos 4 materiais de divulgação (cartazes, folhetos, banners, panfletos, ecobags, etc); Pelo menos 2 edições de jornal ou revista.
Atividades de Monitoramento e Avaliação	Público Alvo:	Carga horária prevista
Realizar o monitoramento contínuo de todas as atividades do projeto a partir da sistematização de dados via sistemas de informação de monitoramento - <i>dashboards</i>. Realizar estudos avaliativos nos âmbitos: satisfação e percepções dos cursistas com os cursos; qualidade de execução; impactos gerados pelo projeto e avaliação da implementação das Comissões de Mediação de Conflitos.	Gestores do projeto do Instituto Vladimir Herzog e da Secretaria Municipal de Ensino e público em geral.	1223 horas
Infraestrutura virtual	Público alvo: Atingir o maior número possível de educadores da RME	Produtos previstos
Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Portal Respeitar é Preciso!	No mínimo 6000.	Atualização, adequação, manutenção e suporte do Ambiente Virtual de Aprendizagem e do Portal Respeitar é Preciso!
Cadernos do Respeitar é Preciso!	Tiragem prevista:	Carga horária prevista
Englobam diversos aspectos relacionados à produção desses materiais, como ilustração, revisão, atualização, elaboração textual e diagramação. Considerando que há uma revisão da obra completa e o desenvolvimento de um novo caderno.	100.000. (A impressão e a distribuição ficarão à cargo da SME).	5280 horas

TOTAL DE HORAS NO PROJETO	9.538 horas
PÚBLICO DIRETO PREVISTO NAS AÇÕES FORMATIVAS	5.029
PÚBLICO INDIRETO PREVISTO COM AS AÇÕES E PRODUTOS DO PROJETO	12.000
TOTAL DE PÚBLICO ESTIMADO	17.029

3. HISTÓRICO DA PROPONENTE

3.1 O Instituto Vladimir Herzog

O Instituto Vladimir Herzog (IVH) é uma organização da sociedade civil que atua na área da **defesa dos direitos humanos** há mais de 10 anos. Sua missão é trabalhar com a sociedade pelos valores da Democracia, Direitos Humanos e Liberdade de Expressão, celebrando e honrando a vida e o legado de Vladimir Herzog. As ações do Instituto se organizam em três grandes frentes:

Memória, Verdade e Justiça, que assume o compromisso de fazer com que a história do País seja profundamente conhecida para que haja compreensão dos reflexos das violências passadas nos dias atuais e, com isso, cesse a reprodução das desigualdades e a sustentação da democracia como o Portal 'Memórias da Ditadura'.

Jornalismo e Liberdade de Expressão, que valoriza produções jornalísticas comprometidas com o interesse público, investiga e denuncia violações de direitos dos cidadãos a fim de contribuir para a garantia a proteção e o direito à liberdade de expressão dos comunicadores do país, com ações como Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão.

Educação em Direitos Humanos, cujo objetivo é **promover uma cultura de respeito à diversidade, diálogo e dignidade humana**, desenvolvendo cursos de Especialização e Extensão em parcerias com universidades públicas; ações em redes públicas da Educação Básica com o projeto Respeitar é Preciso! fazendo formação de educadores com materiais próprios e orientadores para a comunidade escolar; e ações em ambientes não formais de aprendizagem. Nesse

contexto insere-se o projeto Usina de Valores, que tem como objetivo a qualificação em Direitos Humanos de setores da população, a partir da realização de ações de formação presencial e *online*, a fim de contribuir com a disseminação de valores dos Direitos Humanos na sociedade.

Para saber mais: <https://vladimirherzog.org/>

3.2. Experiência em EDH

O Instituto Vladimir Herzog (IVH) tem como missão institucional contribuir para o engajamento da sociedade na cultura de Justiça, Liberdade, Democracia e Dignidade Humana e entende que a Educação em Direitos Humanos (EDH) é essencial na construção de uma sociedade pautada pelos seus valores, estando, portanto, comprometido com a realização das orientações contidas nos documentos oficiais que regem esse campo: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Assim, o IVH criou um projeto de formação, cujo objetivo é **disseminar a cultura de EDH nas escolas públicas**, como uma das formas de sua atuação para concretizar seu compromisso ético e político, promovendo o respeito mútuo e o respeito à diversidade, para enfrentar os diferentes tipos de violência na convivência escolar em busca da igualdade de direitos entre as pessoas. Nesse sentido, o projeto trabalha com educadores desde a creche até o final da educação básica.

A estrutura metodológica do projeto, apesar de consolidada, foi pensada para ser flexível e adaptável ao contexto de diferentes localidades. Entende-se que o desenho de implementação deva ser discutido e desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal da Educação local, buscando um **formato de implementação que possa atender a diversidade dos educadores e profissionais da educação**, bem como as demandas educacionais locais que se inserem no contexto atual.

O projeto de EDH do IVH compreende que a formação de sujeitos de direito contribui diretamente para a adoção do respeito à diversidade cultural, familiar, geracional, de condição de saúde física ou mental, de étnico-racial, credo, gênero, sexualidade, origem, entre outros, como base da convivência e da integração no cotidiano escolar. Portanto, são objetivos do projeto:

- Disseminar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas, por meio da adoção do respeito mútuo e à diversidade;

- ▮ Contribuir para o aprofundamento da compreensão do significado de Direitos Humanos como uma exigência da democracia e sua relação necessária com a educação desde a primeira infância;
- ▮ Promover trabalho pedagógico para que, com o tempo, sejam enfrentadas situações de violência na comunidade escolar;
- ▮ Orientar os educadores para a reflexão sobre situações do convívio escolar, buscando formas de superação e para inclusão da Educação em Direitos Humanos nos projetos político-pedagógicos (PPPs).

Desde 2014, o projeto de EDH do IVH atua na rede pública municipal de São Paulo e, de lá pra cá, já impactou gestores, docentes, estudantes, funcionários e familiares de mais de 1500 escolas com atividades de formação e subsídios online. Em 2016, passou a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) com as Comissões de Mediação de Conflitos das unidades escolares, regulamentadas a partir do Decreto no 56.560, de 28 de outubro de 2015. Em 2018 os cursos de formação do projeto foram legitimados pela política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, (SME/SP) garantindo pontuação na carreira dos cursistas participantes. Já em 2019, o projeto ampliou sua atuação e iniciou atividades na cidade de Goiana, Pernambuco.

Durante toda a sua implementação e execução, o projeto de EDH do IVH adquiriu extrema relevância no contexto das políticas educacionais com vistas ao desenvolvimento de um projeto de educação em valores como processo contínuo de difusão da cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas.

Alguns marcos na linha do tempo do projeto:

2014: Nasce o projeto na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SP, com a realização de pesquisa exploratória com diferentes atores do ambiente escolar para levantamento de questões reais de violência que afligem o convívio escolar e elaboração de material pedagógico próprio – os Cadernos do Respeitar!.

2015: O projeto foi realizado em 21 escolas em áreas de vulnerabilidade social da rede municipal de São Paulo, com ações de formação para os mobilizadores de cada escola. Recebeu o Prêmio de Direitos Humanos da Presidência da República.

2016: O projeto foi adotado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e expandido para 100% da rede, ampliando as formações presenciais e conteúdo online. Os Cadernos passam por atualização, ganhando nova edição.

2018: As ações presenciais passam a acontecer com as Comissões de Mediação de Conflitos das 13 Diretorias Regionais de Ensino da capital paulista, além da expansão das ações online. Os Cadernos ganham nova edição ampliada.

2019: As formações do projeto entram para a política da SME/SP, garantindo pontuação para os participantes da rede. Com patrocínio da iniciativa privada (Klabin S/A) tem início a produção de materiais do projeto com abrangência nacional (Cadernos e Portal), além de atuação presencial em Goiana/PE.

2020: As ações presenciais previstas foram adaptadas para o formato online, em função da pandemia de coronavírus. Para tanto, o Portal do projeto passou a comportar um ambiente virtual de aprendizagem destinado às atividades na modalidade de Educação a Distância (EaD), numa área interna destinada aos cursistas.

O projeto acontece por meio de ações de formação presencial, semipresencial e online (nas duas últimas modalidades ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do projeto que está disponível para os participantes no Portal Respeitar é Preciso! <https://respeitarepreciso.org.br>), **apoiadas em um conjunto de materiais inéditos, desenvolvidos pelo projeto**, os *Cadernos do Respeitar é Preciso!*.

Esse material foi produzido pela equipe de educação do Instituto Vladimir Herzog com base em uma pesquisa realizada com professoras e professores, estudantes, gestoras e gestores, profissionais de apoio, familiares e outros atores das comunidades escolares. A equipe também usou o diálogo com cerca de mil educadores participantes do curso do projeto de EDH do IVH para complementar o conteúdo. Em 2019, o material ganhou versão nacional, trazendo questões urgentes do cotidiano escolar. **Todo o material do projeto está disponível online por meio de seu portal.**

A coleção é composta por sete volumes e aborda temas relacionados aos valores da educação em direitos humanos no contexto do convívio escolar e que se mostram urgentes de serem trabalhados: EDH para todas as idades; Respeito na Escola; Diversidade e Discriminação; Respeito e Humilhação; Sujeitos de Direito; Democracia na Escola e Mediação de Conflitos.

Nos cadernos há sugestões de atividades e reflexões para serem feitas com o propósito de aprimorar as relações existentes na escola e seu entorno.

EDH PARA TODAS AS IDADES: Este caderno faz parte da terceira edição do conjunto de publicações do projeto, que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

RESPEITO NA ESCOLA: As atividades deste caderno foram elaboradas com a finalidade de subsidiar os educadores na promoção de um movimento formativo, coletivo e autônomo, que repercuta na qualidade da vida cotidiana de todos os integrantes da comunidade escolar.

DIVERSIDADE E DISCRIMINAÇÃO: Preconceitos e discriminações são produzidos social e historicamente e perpassam os diferentes âmbitos da vida coletiva, estando presentes também no convívio escolar. O Projeto entende essa questão como um ponto fundamental da Educação em Direitos Humanos e, no caderno Diversidade e Discriminação, traz uma abordagem geral da discriminação de todo e qualquer tipo, do respeito ao outro e a si próprio, do convívio pacífico e, principalmente, da valorização da diversidade.

RESPEITO E HUMILHAÇÃO: No caderno o tema é tratado do ponto de vista das relações interpessoais e das práticas no cotidiano escolar como elas acontecem e quais consequências negativas trazem, não apenas para cada indivíduo humilhado, mas para a escola. A escola perde com o isolamento e com o possível ressentimento das vítimas, que podem desistir da participação no coletivo, e também perde quando o ambiente fica pesado ou insensível diante da recorrência de casos penosos. Contudo, há maneiras eficazes e respeitadas para o enfrentamento desses problemas.

SUJEITOS DE DIREITO: Este caderno traz o desafio de abordar o tema “sujeitos de direito”, noção aparentemente abstrata, mas que ganha sentido no campo educacional. Esse tema tem especial importância para a constituição de uma sociedade democrática. Para que a democracia “funcione” segundo os princípios dos Direitos Humanos, para que se efetive na vida real, além das regras formais, é preciso que as cidadãs e os cidadãos (todas e todos nós) escolham viver de acordo com esses princípios e afirmar seus valores, assumir o reconhecimento da importância da sua implementação e a defesa contra a sua violação.

DEMOCRACIA NA ESCOLA: O objetivo do caderno Democracia na Escola é contribuir para a articulação da reflexão teórica e das práticas pedagógicas de orientação democrática, com a intenção de subsidiar as educadoras e os educadores na construção da escola como espaço participativo e de Educação em Direitos Humanos para todas e todos.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: A Mediação de Conflitos é tomada aqui como uma ideia, uma concepção para orientar as práticas cotidianas de todos os educadores e, com isso, construir uma cultura educacional para compreender e atuar nas situações do dia a dia

que compõem o convívio escolar. Essa cultura é a própria Educação em Direitos Humanos, baseada no ensino dos valores da dignidade humana, da justiça, da solidariedade e do respeito mútuo.

São consideradas ações formativas as diferentes atividades do projeto realizadas com o seu público direta ou indiretamente, de forma presencial, semipresencial ou no modelo EaD e nos espaços on-line de disseminação de conteúdos e valores, uma vez que todas elas pautam-se pela perspectiva de promover a cultura profissional de Educação em Direitos Humanos (EDH) entre os educadores, tanto reflexiva quanto praticamente.

Os cursos são o eixo estrutural do projeto, garantindo processos formativos consistentes para a implementação da Educação em Direitos Humanos nas escolas. As ações formativas do projeto foram pensadas para serem realizadas nas modalidades presencial, semipresencial e à distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do projeto.

O **AVA** permite diferentes formas de organização de ações formativas on-line, o que possibilita uma troca profícua entre os participantes, o **uso de diferentes recursos didáticos e o tratamento adequado das temáticas em pauta**. Além disso, também permite **flexibilidade de horário e local**, o que favorece a participação de um número maior de educadores e a **expansão do público** alvo. Além disso, **o portal do projeto tem como objetivo principal ser uma referência sobre Educação em Direitos Humanos** ao dar visibilidade aos conteúdos do projeto e, para tanto, sua estrutura foi organizada para dialogar com a realidade da comunidade escolar - o público-alvo prioritário do projeto. Deste modo, **o portal foi idealizado sob cinco eixos de ação**: (i) ser espaço de debate; (ii) ser espaço de formação; (iii) conter biblioteca e repositório de conteúdo sobre Educação em Direitos Humanos; (iv) servir de plataforma que dê visibilidade ao projeto e (v) ser espaço de divulgação de boas práticas de educação em direitos humanos. Os conteúdos disponíveis na plataforma on-line também servem como subsídios das formações presenciais e EAD do projeto e para alimentar as redes sociais, uma vez que sensibilizam integrantes da rede municipal, bem como educadoras e educadores e interessados em educação em direitos humanos em geral. Ao longo do projeto são previstas as atualizações tanto dos conteúdos quanto das próprias ferramentas.

As principais ações de formação do projeto alcançaram seus objetivos de contribuir para disseminar a cultura de EDH, nas práticas escolares, subsidiando o trabalho das Comissões de Mediação de Conflitos (CMC), seu público alvo principal. O mesmo pode ser dito sobre os eventos formativos: **Grande Encontro das Comissões de Mediação de Conflitos da Cidade** de SP e os **Seminários Regionais**, realizados a cada ano, assim como as atividades do Portal.

Durante os convênios no âmbito do projeto foram aprofundados e revisitados conteúdos e práticas a partir de temas que se colocam no cotidiano das escolas, como o sofrimento e as violências psíquicas, de raça e gênero; a organização e atuação dos grêmios escolares, buscando sempre o enraizamento da cultura de EDH nas unidades educacionais, colaborando para que seja incorporada como parte intrínseca dos PPPs, como indica o Currículo da Cidade.

Para saber mais: <https://respeitarepreciso.org.br>

4. PROPOSTA PARA AS AÇÕES FORMATIVAS

Descrição do Objeto:

AÇÕES FORMATIVAS SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA TODOS OS SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E, EM ESPECIAL, PARA OS MEMBROS DAS COMISSÕES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.

Público alvo:

Todos os educadores da Rede Municipal de Ensino e, em especial, aos membros das Comissões de Mediação de Conflitos, objetivando formar mais de 6.000 educadores, bem como mobilizar as ações das Unidades Educacionais, replanejando-as a partir das necessidades que se fizerem presente no que diz respeito à Educação em Direitos Humanos.

Abaixo são apresentadas as propostas de ações formativas bem como o detalhamento das atividades que as compõem em consonâncias com o objeto e o público alvo:

O formato das ações inclui ferramentas e dispositivos de Educação a Distância (EaD), bem como, o desenvolvimento de ações presenciais nos territórios, fortalecendo vínculos locais e atendendo às especificidades e dinâmicas das relações de cada contexto.

As tecnologias atuais permitem diferentes formas de organização de ações formativas on-line, o que possibilita uma troca profícua entre os participantes, o uso de diferentes recursos didáticos e o tratamento adequado das temáticas em pauta. Além disso, também permite flexibilidade de horário e local, o que favorece a participação de um número maior de educadores e a expansão do público alvo.

A modalidade EaD irá utilizar uma plataforma específica, desenvolvida pelo IVH e que configura-se num Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que se localiza no Portal do Projeto. No AVA são reunidos conteúdos e ferramentas para os cursos realizados na modalidade semipresencial. Nele os participantes têm acesso a estrutura dos cursos, aulas, materiais e atividades, bem como ferramentas para troca de experiência entre si e com os formadores.

A proposta de Plano de Trabalho a seguir considera o Ambiente Virtual de Aprendizagem como espaço para a realização das atividades formativas, online, que serão somadas às atividades presenciais. Assim, serão organizadas ações nas modalidades semipresencial ou presencial em local a ser definido pelas DREs/DICEU e SME/COCEU oportunamente.

As ações formativas do projeto Respeitar é Preciso! desempenham um papel fundamental como parte de uma política pública abrangente. Essa política tem como objetivo não apenas a formação continuada de professores, mas também a criação de uma cultura de educação em direitos humanos na cidade por meio da Rede Municipal de Ensino. Além de fortalecer o trabalho das comissões de mediação de conflitos, essas ações visam disseminar a cultura de paz e fortalecer as políticas de enfrentamento às diversas formas de violência que afetam as escolas e suas comunidades.

O projeto Respeitar é Preciso! , base da parceria entre o Instituto Vladimir Herzog e a SME (Secretaria Municipal de Educação), visa fortalecer a implementação e monitoramento de políticas públicas educacionais. Através dessa colaboração, a SME tem a perspectiva de fortalecer-se como órgão responsável pela implementação e acompanhamento dessas políticas, contando com o apoio e expertise do Instituto Vladimir Herzog nesse processo.

Ao unir forças, o projeto visa criar um ambiente propício para a formação dos professores, capacitando-os a lidar com os desafios relacionados aos direitos humanos e à violência nas escolas. Além disso, busca-se disseminar uma cultura de paz, estimulando ações que promovam o respeito, a tolerância e a resolução pacífica de conflitos. Essas ações não se limitam ao ambiente escolar, mas também englobam as comunidades ao redor das escolas, as instâncias de gestão da política municipal de educação.

A parceria entre a SME e o Instituto Vladimir Herzog é fundamental para o sucesso desse projeto, pois o Instituto possui expertise na área de educação em direitos humanos e pode contribuir com sua experiência na implementação de políticas e programas relacionados a essa temática. Juntos, eles têm como objetivo fortalecer a capacidade da SME de implementar e monitorar de forma efetiva as políticas de educação em direitos humanos, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

4.1. Ações formativas sobre Educação em Direitos Humanos para serem oferecidas para todos os educadores da RME

Concepção O objetivo geral desta ação é disponibilizar uma formação reflexiva e conceitual, com suporte teórico e sempre amparada nas experiências e realidade das UEs, buscando ampliar a fundamentação para a EDH em temas centrais como: a relevância do convívio escolar para que a educação se realize, incluindo a formação em valores; a necessidade de implementar o respeito mútuo e o respeito às diversidades (em especial as raciais, de gênero e de sexualidade), como prática cotidiana; as relações de autoridade e a democracia na escola; as visões de punição e responsabilização; as violências simbólicas, institucionais, físicas e psíquicas. A realização desta ação prevê um conjunto de atividades, organizadas no formato de curso semipresencial, garantindo assim um percurso formativo consolidado. No total serão oferecidas 06 atividades formativas, sendo 01 aula inaugural presencial e 5 atividades na modalidade EaD. Cada atividade formativa na modalidade EaD conta com 3 horas, sendo: - 1 hora de vídeoaula com especialistas - 2 horas de material de estudo composto por atividades, conteúdos multimídia, texto e áudio; A atividade oferecida na modalidade presencial contará com 4 horas cada e será organizada como espaços de interação, coordenado pelos formadores do IVH, dialogando sobre o tema e mediando a participação por meio de trocas e comentários dos participantes. Ao longo do curso serão propostos diferentes tipos de atividades individuais diversificadas, como leituras dirigidas, análise de peças audiovisuais e de experiências. Para cada ação formativa serão disponibilizados diferentes materiais, tais como Power Point com o conteúdo e a pauta da aula, textos ou vídeos preparatórios e/ou complementares e indicações bibliográficas para aprofundamento. Ao final os participantes devem apresentar, como atividade obrigatória, um trabalho que será orientado desde o início do curso. Esta ação formativa conta também com 2 horas de atividade obrigatórias.
Carga horária semestral da formação: O conjunto de atividades terá um total de 21 horas de formação, sendo 17h em atividades à distância (15h de atividades no AVA + 2h para realização de atividade obrigatória para avaliação no curso) e 4h de atividades presenciais.
Público alvo: todos os integrantes das comunidades escolares
Local: AVA do IVH e locais definidos pela SME-COCEU-DIGP e/ou DREs/DICEU
No. de servidores atingidos: 650 participantes por ano, sendo 50 de cada DRE, reunidos em 5 polos (aproximadamente 130 por polo) a serem organizados pela DIGP. Totalizando 1300 servidores em 2 anos.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

ATIVIDADES QUE COMPÕEM A AÇÃO FORMATIVA EM EDH PARA SER OFERECIDO PARA TODOS OS EDUCADORES DA RME				
Nome da atividade	Local:	Carga horária semestral*	Frequência estimada**	Descrição da atividade
Introdução ao curso: fundamentos teórico-metodológicos da educação em direitos humanos	A definir	4h	650	A finalidade desta unidade de formação é apresentar uma concepção de educação em direitos humanos e discutir não apenas suas bases epistemológicas, mas também os princípios metodológicos que orientam uma prática e um projeto político-pedagógico comprometidos com a promoção dos direitos da pessoa humana e a formação em valores dos direitos humanos.
Modos de subjetivação e marcadores sociais de diferença	AVA	3h	650	O objetivo é focar na constituição da subjetividade sob uma perspectiva social e crítica para a compreensão das desigualdades como fator estrutural da organização da sociedade. Essa abordagem permite compreender como as relações de poder fazem com que o preconceito e a discriminação se reproduzam, ao passo que propõe pensar pedagogias voltadas para o desenvolvimento de uma postura ética de respeito e não violência.
Racismo ambiental	AVA	3h	650	Racismo ambiental é um fenômeno que se constitui como resultado da colonização tradicional, das políticas desenvolvimentistas e dos processos sociais de exclusão e vulnerabilização de grupos étnicos e raciais historicamente minorizados. Partindo de uma compreensão das questões e de políticas ambientais em uma perspectiva racializada, o conceito de racismo ambiental lança luz sobre as relações de poder e as vulnerabilidades que envolvem territórios periféricos, indígenas, quilombolas e tradicionais. Diante das mudanças climáticas, da questão da terra, da degradação do meio ambiente e da apropriação dos recursos naturais, faz-se necessário refletir sobre as violações de direitos que determinados grupos étnicos e raciais, sobretudo de territórios periféricos, são sujeitos e o impacto disso sobre a vida de crianças, adolescentes e suas famílias.
Transgeneridade na infância	AVA	3h	650	Gênero, sexualidade e sexo biológico são conceitos distintos e que dizem respeito a aspectos diferentes no processo de construção da subjetividade. Em vista da necessidade de se ampliar a compreensão acerca da transgeneridade, sobretudo na infância e na adolescência, e do compromisso com a valorização da diversidade e com a promoção da equidade, esta aula se propõe a discutir a ideia de identidade de gênero, bem como apresentar as iniciativas e políticas públicas em defesa dos direitos de pessoas trans e travestis, com ênfase no papel da escola na promoção de tais direitos.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Família e escola no território	AVA	3h	650	O foco desta unidade é a complexa relação entre escola e família, que sempre ganha espaço na agenda educacional e nos debates que atravessam o cotidiano escolar, permanecendo ainda como um grande desafio. Em vez de reforçar uma dualidade nessa relação, a proposta é que tanto escola quanto família sejam compreendidas a partir da noção de território e territorialidade, pensando-se sob a possibilidade e capacidade das unidades educacionais de articular redes e consolidar laços de pertencimento com a comunidade que a circunda. Serão tematizadas ideias clichês e preconcebidas no âmbito escolar, principalmente aquelas que estigmatizam famílias pobres e em condição de maior vulnerabilidade. A finalidade é que se possa compreender a educação escolar como direito e não apenas como serviço, tendo em vista as expectativas mútuas de ambas as instituições, a rede de proteção na garantia dos direitos humanos e a perspectiva de que todos são sujeitos de direito
Produção social do sofrimento e saúde emocional	AVA	3h	650	Segundo a Organização Mundial de Saúde, os determinantes da saúde mental “incluem não apenas características individuais, tais como a capacidade para administrar nossos pensamentos, emoções, comportamentos e interações com os demais, mas também diz respeito a fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, tais como as políticas nacionais, a proteção social, o nível de vida, as condições laborais ou os apoios sociais da comunidade”. Em vista disso, esse tema de delicadeza singular e urgente que vem tomando espaço cada vez maior, em especial nos últimos anos, nos clama refletir sobre como enfrentá-lo. A abordagem, a ser feita, buscará colocar foco nessa necessidade e seu agravamento, provocado pelo atual contexto social e sanitário, subsidiando tanto a sua compreensão quanto apontando possibilidades de atuação educativa pelos profissionais da escola.
Atividade Obrigatória	AVA	2h	650	Atividade avaliativa individual a ser realizada no término do curso.
* 21 horas de formação por semestre, totalizando 84 horas no projeto. ** 50 participantes de cada uma das 13 DREs, agrupados em 5 polos, totalizando 650 participantes por ano. Total no projeto: 1300 servidores .				

4.1.1. Ação Formativa para beneficiárias do POT e para famílias que compõem as instâncias de participação das Unidades Educacionais

Concepção

Como parte do escopo das Ações Formativas sobre Educação em Direitos Humanos, a Ação Formativa para beneficiárias do POT e para as famílias que compõem as instâncias de participação das unidades educacionais objetiva apresentar conceitos-chave que balizam práticas focadas na educação em direitos humanos, bem como no debate acerca das relações de convívio escolar e na importância da ação conjunta entre famílias e unidades educacionais no território.

Os momentos formativos para esse público-alvo visa fortalecer as profissionais envolvidas no programa POT, bem como as famílias que compõem as instâncias de participação nas unidades educacionais (como Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Comissão de Mediação de Conflitos, Conselhos de Representantes de Conselhos de Escola etc) para que possam atuar de forma reflexiva e consciente, embasadas em conhecimentos teóricos e práticos sobre a EDH. Dessa forma, poderão contribuir para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, promovendo o diálogo e a resolução pacífica de conflitos, o respeito mútuo, as relações de convívio na escola e no território e a valorização das diversidades, em especial as raciais, de gênero e de sexualidade. Ao incentivar a participação das famílias, busca-se fortalecer a parceria escola-comunidade, o que reflete positivamente no desenvolvimento dos estudantes, na melhoria do clima escolar, no fortalecimento de vínculos entre a comunidade escolar e o território e na ativação da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

A realização desta ação prevê um conjunto de atividades, organizadas no formato de curso livre em modalidade EaD.

No total serão oferecidas 05 atividades formativas. Cada atividade formativa na modalidade EaD conta com 3 horas, sendo:

- 1 hora de vídeoaula com especialistas
- 2 horas de material de estudo composto por atividades, conteúdos multimídia, texto e áudio;

Ao longo do curso serão propostos diferentes tipos de atividades individuais diversificadas e propostas de atividades coletivas a serem desenvolvidas nas unidades educacionais em parceria com as equipes gestoras e membros das instâncias de participação.

Para cada ação formativa serão disponibilizados diferentes materiais, tais como Power Point com o conteúdo e a pauta da aula, textos ou vídeos preparatórios e/ou complementares e indicações de textos curtos e de linguagem acessível para aprofundamento, sugestões de podcasts e demais materiais audiovisuais sobre os assuntos abordados.

Carga horária semestral da formação: O conjunto de atividades terá um total de 15 horas de formação à distância, via ambiente virtual de aprendizagem.

Público alvo: Beneficiárias do POT e famílias que integram as instâncias de participação nas unidades educacionais

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Local: AVA do IVH e locais definidos pela SME-COCEU-DIGP e/ou DREs/DICEU				
No. de servidores atingidos: A definição da quantidade de participantes, bem como a viabilização da participação do público-alvo previsto ficarão a cargo da SME-COCEU-DIGP em parceria com as DREs.				
ATIVIDADES QUE COMPÕEM A AÇÃO FORMATIVA EM EDH PARA SER OFERECIDO PARA BENEFICIÁRIAS DO POT E FAMÍLIAS QUE INTEGRAM AS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO NAS UNIDADES EDUCACIONAIS TODOS OS EDUCADORES DA RME				
Nome da atividade	Local:	Carga horária semestral*	Frequência estimada**	Descrição da atividade
Introdução ao curso: Direitos humanos - histórico, contexto e desafios	AVA	3h	A definir	Este encontro introdutório objetiva contextualizar o que são os direitos humanos em sua dimensão histórica, destacando como as lutas sociais em torno desses direitos se desenvolveram com agendas ligadas à vida das pessoas e dos diferentes grupos sociais e apresentando os desafios e dilemas atuais que envolvem a defesa dessa pauta. Pretende-se que os participantes possam identificar e reconhecer como os direitos humanos são direitos fundamentais relacionados às suas vidas, às demandas do seu território e comunidades de pertencimento e à dignidade humana de todos os sujeitos, sobretudo de crianças e adolescentes.
A diversidade nas diferenças e as violações promovidas pelas desigualdades sociais	AVA	3h	A definir	Pretende-se abordar as ideias de diferença, diversidade e desigualdade explicitando a relação entre direitos humanos e a valorização da diversidade e a promoção da equidade. Na aula serão abordados, a partir de situações cotidianas, como preconceitos e formas de discriminação se dão nas relações sociais e nas relações escolares com vistas a demonstrar o quanto determinadas diferenças, na sociedade, são transformadas em desigualdades.
Diálogo e respeito mútuo como as bases da Educação em Direitos Humanos	AVA	3h	A definir	Por meio da compreensão da ideia de respeito como reconhecimento do outro enquanto sujeito de direito, este encontro busca debater a centralidade e importância do diálogo e do respeito mútuo como princípios fundantes da educação em direitos humanos e como base das ações e práticas pedagógicas e participativas na comunidade escolar.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Família e escola no território	AVA	3h	A definir	A finalidade dessa aula é debater a importância do diálogo entre escola e famílias no território, afirmando a necessidade de se estabelecer vínculos e relação de pertencimento por meio da convivência e do respeito mútuo. Busca-se também apresentar subsídios e ferramentas para se promover a articulação entre ambas as instituições e a identificação das potências presentes no território.
A rede de proteção e os direitos de crianças e adolescentes	AVA	3h	A definir	Este encontro objetiva apresentar e aprofundar a compreensão dos participantes acerca da ideia de rede de proteção, destacando as instituições e órgãos que a compõem. Pretende-se também ampliar a discussão acerca da escola como parte dessa rede e o seu papel na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, com ênfase nas possibilidades de atuação das instâncias de participação como agente de articulação entre a comunidade escolar e a rede.
* 15 horas de formação, totalizando 30 horas no projeto.				

4.2. Ações formativas para subsidiar e fortalecer as ações da Mediação de Conflitos nas atribuições das Comissões de Mediação de Conflitos

Concepção

O objetivo desta ação é subsidiar as ações das CMCs por meio da EDH, segundo os princípios conceituais e metodológicos das Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, com apoio em textos de especialistas e nos materiais/ cadernos do projeto Respeitar é Preciso!. Essa formação é também espaço para refletir sobre as práticas da escola em toda a sua complexidade, compreendendo que o conflito é inerente às relações e que podem e devem ser abordados no cotidiano para que sejam tratados de forma propositiva e não apenas reativa, quando surgem incidentes.

Esta ação prevê a realização de um conjunto de atividades, que pode ser considerado um curso ou um ciclo de encontros, garantindo assim um percurso formativo conceitual e prático para os integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos, atendendo às suas demandas no decorrer do tempo.

No total serão oferecidos 15 encontros formativos presenciais, distribuídos em 3 módulos temáticos. Cada módulo temático contará com 5 encontros formativos.

Cada encontro formativo presencial terá 5h de duração e serão organizados como espaços de interação, coordenados pelos formadores do IVH, dialogando sobre o tema e mediando a participação por meio de trocas e comentários dos participantes. Além disso, serão propostos diferentes tipos de atividades individuais diversificadas, como leituras dirigidas, análise de peças audiovisuais e de experiências.

Para cada ação formativa serão disponibilizados diferentes materiais, tais como Power Point com o conteúdo e a pauta da aula, textos ou vídeos preparatórios e/ou complementares e indicações bibliográficas para aprofundamento.

O curso buscará promover o aprofundamento das reflexões sobre o funcionamento institucional, as práticas e relacionamentos no convívio escolar avançando na direção de fazer da EDH um contexto favorável à Mediação de Conflitos, uma prática contínua e uma cultura permanente.

A metodologia prevê momentos de discussão sobre os conceitos e propostas do projeto assim como a tematização das práticas de EDH incluindo reflexão sobre temas do convívio escolar, estudos de caso, trocas de experiência, debates entre os participantes, uso de vídeo, recomendações de leitura, de acordo com os conteúdos a serem tratados em cada aula.

Os participantes terão propostas de estudos e tarefas, entre as quais haverá atividades a serem planejadas para realizar nas escolas (assim que possível e seguindo a orientação da SME) com a participação dos integrantes da Comissão de Mediação de Conflitos e da comunidade escolar (funcionários, familiares, estudantes), desse modo fazendo com que o projeto chegue ao “chão da escola”. O registro dessas tarefas poderão ser publicadas no portal.

Ao final os participantes devem apresentar, uma dessas tarefas ou estudo como atividade obrigatória, um trabalho que será orientado desde o início do curso, para leitura dos formadores. Esta atividade obrigatória contará com 2 horas.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Carga horária da formação: 81 horas, sendo 75 horas para encontros formativos presenciais e 6 horas à distância destinadas à realização da atividade obrigatória. Para cada semestre, serão 25 horas destinadas a encontros presenciais e 2 horas à distância destinadas à atividade obrigatória, totalizando 27h de carga horária semestral.				
Público alvo: educadores da RME, preferencialmente integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos				
Local em que será realizada: locais definidos pela SME-COCEU-DIGP e/ou DREs/DICEU, e entrega de atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).				
Número de servidores atingidos: 650 participantes, no mínimo, sendo 50 participantes para cada DRE.				
ATIVIDADES QUE COMPÕEM A AÇÃO FORMATIVA				
Nome da atividade	Local:	Carga horária semestral *	Frequência estimada**	Descrição da atividade
MÓDULO 1				
Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos	DRE	5h	650	Aborda as principais ideias acerca dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos por meio da discussão de diferentes concepções que costumam circular na sociedade a respeito desses temas e os relaciona à concepção de Mediação de conflitos, entendida como uma cultura educacional, para além de um conjunto de técnicas de solução de problemas.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Mapeamento e Plano de Ação	DRE	5h	650	Por meio de alguns campos de análise, a atividade de mapeamento da organização e da vida cotidiana da UE é uma potente estratégia para se “pensar a escola” na perspectiva da promoção de relações de respeito mútuo e da afirmação concreta dos valores dos DH. Nesta aula, subsidiada por exercícios, tem início a proposta de construção de um plano que dialogue com as necessidades mais urgentes identificadas a partir da concepção da Educação em Direitos Humanos e da Mediação de Conflitos e que tenha como premissa agregar toda a comunidade nesta construção. Após uma discussão a respeito da implicação da instituição educativa na formação de valores por todos que fazem parte dela (adultos, inclusive), os participantes serão convidados a analisar suas escolas, pensar em ações para promover mudanças, bem como esboçar uma proposta de plano de ação para a CMC de sua unidade educacional.
Respeito mútuo e Mediação de conflitos	DRE	5h	650	Aborda o respeito, tomado como reconhecimento da dignidade do outro e de seu status de sujeito de direito, é um conceito central da educação em valores, em especial da prática da Educação em Direitos Humanos, e que é essencial para a Mediação de Conflitos. O encontro também apresentará reflexões sobre alguns princípios da Mediação de Conflitos para possibilitar o estabelecimento de algumas bases que diferenciam as ideias de conflito e violência. Numa reflexão coletiva, será proposto que, a partir delas, sejam pensados critérios para analisar situações inerentes ao ambiente escolar que exijam intervenções educacionais e pedagógicas, no sentido de mediar os conflitos, e também no sentido de experienciar a escuta mútua e a reflexão coletiva no âmbito da escola.
Relações étnico-raciais e cotidiano escolar	DRE	5h	650	Aborda as questões de discriminação, preconceito e racismo no cotidiano escolar e suas manifestações na forma dos conflitos que atravessam as relações na escola. A aula se propõe a investigar situações cotidianas que delineiam estereótipos raciais e impactam concepções pedagógicas e institucionais, produzindo violências simbólicas e mecanismos de discriminação. A partir da reflexão sobre cenas do dia a dia na escola, pretende-se debater formas e subsídios para a construção de um trabalho pedagógico comprometido com a promoção da igualdade, partindo da desnaturalização de práticas cotidianas de discriminação e preconceito.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Questões de gênero e cotidiano escolar	DRE	5h	650	Nesta aula serão abordados conceitos relacionados a gênero, sexualidade, LGBTfobia e seus atravessamentos no cotidiano escolar, de forma a possibilitar a construção de práticas inclusivas e de respeito às diferenças, enfrentando situações de humilhação. Parte-se da ideia de que gênero é o conjunto de ideias, significados e representações que engendram papéis sociais e condutas relacionados às noções de masculinidade e à feminilidade.
Atividade Obrigatória	AVA	2h	650	Atividade avaliativa individual a ser realizada no término do curso via AVA.

MÓDULO 2

Práticas inclusivas na escola	DRE	5h	650	Será abordada a dialética exclusão/inclusão como aspecto constitutivo das políticas educacionais e das práticas pedagógicas no contexto da disputa de valores em torno da promoção da <i>equidade</i> com vistas ao cumprimento do compromisso da universalização do direito à educação. Marcadores sociais estão presentes na concepção com que se olha os demais sujeitos e, conseqüentemente, na forma como se dão as relações. Para a EDH, é fundamental uma ideia de <i>inclusão</i> que possibilite aos educadores compreender e atuar com o princípio da <i>equidade</i> .
Saúde Emocional e Educação: o que a escola tem a ver com isso?	DRE	5h	650	Tema de delicadeza singular e urgente que vem tomando espaço cada vez maior, em especial nos últimos anos, o sofrimento, em suas mais variadas dimensões, nos clama a refletir sobre como enfrentá-lo. A abordagem, a ser feita, buscará colocar foco nessa necessidade e seu agravamento, provocado pelo atual contexto social, subsidiando tanto a sua compreensão quanto apontando possibilidades de atuação educativa pelos profissionais da escola.
Participação das famílias e relação com o território	DRE	5h	650	O tema será tratado a partir da perspectiva territorial, buscando levantar entre os participantes: o que se sabe sobre a vida das famílias no território? De que outras instituições elas participam? Quais são as suas prioridades de vida? Além da escola, a que outras instituições da Rede de Apoio as famílias têm acesso? Que valores identificam na relação entre as famílias e a escola? Que saberes reconhecem entre elas? Como a equipe da escola entende a participação das famílias? O que esperam das famílias? O que fazem para efetivar essa participação? O que mais poderiam fazer?

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

				Serão realizadas reflexões e debatidos caminhos possíveis para que o chamamento sempre insistente de que a família participe da vida escolar de seus filhos aconteça na ótica da Educação em Direitos Humanos, assim como as demandas das famílias, assumindo a potência inerente às contradições dessa relação.
Escola e Rede de Proteção à Infância e à Adolescência	DRE	5h	650	Este encontro tem a finalidade de aprofundar a compreensão dos participantes acerca da ideia de rede de proteção, destacando as instituições e órgãos que a compõem, bem como os marcos legais que a definem. Pretende-se também ampliar a discussão acerca da escola como parte dessa rede e o seu papel na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, com ênfase nas possibilidades de atuação das comissões de mediação de conflitos como instâncias de articulação entre a comunidade escolar e a rede.
Práticas de acolhimento permanente	DRE	5h	650	Com base na compreensão da importância do diálogo no acolhimento como práticas necessárias de escuta e fala ativa para alcançar o respeito mútuo, será proposta uma análise de mudanças possíveis na organização e no funcionamento da escola para a promoção permanente do acolhimento e do fortalecimento de vínculos e pertencimento dos estudantes em relação à comunidade escolar.
Atividade Obrigatória	AVA	2h	650	Atividade avaliativa individual a ser realizada no término do curso via AVA.
MÓDULO 3				
Práticas democráticas e cotidiano escolar	DRE	5h	650	Esta aula/encontro pretende reconstituir o fio condutor da ação formativa até o presente momento, conciliando as questões de raça, gênero e sexualidade, bem como uma proposta de educação inclusiva e comprometida com a equidade com as ideias de democracia, gestão escolar democrática e práticas democráticas no cotidiano escolar. Pretende-se que, por meio do debate sobre práticas escolares democráticas e democratizadoras, os participantes compreendam o papel das comissões e entendam que o princípio da democracia é condição para a Mediação de Conflitos e para a EDH

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Práticas de Mediação de Conflitos no contexto escolar	DRE	5h	650	O encontro propõe vivências coletivas de práticas de mediação de conflitos com foco na exploração de círculos restaurativos, exercícios de escuta e demais práticas restaurativas. A ideia não é de se aprofundar em técnicas e ferramentas de mediação, mas sim, de vivenciar atividades para debater e pensar o seu lugar no cotidiano escolar, sobretudo, nas ações que envolvem a CMC.
Abordagem educacional dos conflitos na escola	DRE	5h	650	A proposta desta aula é de ampliar a compreensão acerca das dimensões educativas dos conflitos na escola. Com base em casos e situações cotidianas que envolvem diferentes práticas de discriminação e preconceitos nas unidades educacionais, bem como demais ocasiões que apontam conflitos entre os diferentes atores da comunidade escolar, pretende-se aprofundar a reflexão sobre as causas, características e contornos dos conflitos escolares com vistas a discutir possíveis abordagens educativas.
Construção do PPP e do regimento escolar na perspectiva da EDH	DRE	5h	650	Por meio da análise de documentos escolares, propõe-se analisar o projeto político pedagógico e o regimento escolar das unidades educacionais a partir das premissas e princípios da educação em direitos humanos debatidas ao longo do curso, tais como as noções de respeito mútuo, valorização da diversidade, promoção da equidade, diálogo, relações de convivência etc.
CMC e instâncias de participação: possibilidades e caminhos de atuação conjunta	DRE	5h	650	A partir da análise sobre a estrutura, organização e atribuições das diferentes instâncias de participação da escola, como Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis, busca-se debater e apresentar possibilidades de articulação e atuação conjunta desses órgãos com as Comissões de Mediação de Conflitos. Pretende-se também refletir acerca dessas possibilidades em consonância com o plano de ação das CMCs.
Atividade Obrigatória	AVA	2h	650	Atividade avaliativa individual a ser realizada no término do curso via AVA.

*27 horas de formação por semestre, totalizando 81 horas no projeto

** 50 participantes de cada uma das 13 DRE's, sendo, no mínimo, 650 participantes no projeto.

4.3. Ações formativas sobre a importância da participação ativa no contexto escolar, tendo em vista as instâncias de participação democrática

Concepção

A finalidade principal desta ação formativa é incentivar e subsidiar os educadores para fazer das UEs, instituições onde a democracia e os direitos humanos sejam tomados como princípios norteadores tanto na sua organização quanto no seu funcionamento (assim como na prática educacional), pois assim constituem um contexto que é por si educativo e formador de valores democráticos. Isso é fundamental para que cumpram sua finalidade social de formar cidadãos que possam viver num país democrático de modo autônomo, participando da sociedade como sujeitos de direito, contribuindo para o fortalecimento dos valores da solidariedade, da justiça e da responsabilidade com o coletivo. Nossa legislação previu isso ao criar diferentes canais de participação institucional que concretizam esse funcionamento democrático: APMs, Reuniões pedagógicas, Conselhos de classe e de escola, Reuniões de Pais e Mestres, Grêmios estudantis. Há algum tempo, as UEs criaram práticas, hoje consolidadas, de participação e tomadas de decisão coletiva como os horários de discussão e orientação pedagógica, os representantes de classe e as assembleias. Entretanto, apesar de todo esse arcabouço, em muitos casos as ações continuam centralizadas, as relações hierárquicas continuam autoritárias fazendo com que, mesmo quando existem, esses instrumentos sejam apenas formais, tratados pontualmente e não sejam compreendidos como o conjunto de instrumentos para o exercício da democracia participativa na instituição. Sabe-se por exemplo que a relação entre as UEs e as famílias dos estudantes, embora indicada como um dos fatores mais efetivos no sucesso na vida escolar, por isso incentivada pela SME e demais órgãos educacionais, inclusive o MEC, tem sido bastante conflituosa.

Nesse conjunto merece destaque a importância dos Conselhos de Escola, como ação potente de formação democrática e cidadã. Assim como as demais instâncias, a existência do Conselho possibilita a vivência coletiva sobre como participar democraticamente, como encontrar soluções e lidar com a gestão escolar por meio da prática participativa, assim como assumir responsabilidades em parceria com os demais integrantes da Comunidade Escolar, entre muitas outras aprendizagens.

A formação aqui proposta terá como estratégia um conjunto híbrido de atividades síncronas e, eventualmente presenciais, *em forma de encontros formativos*, com aproximadamente 03h por encontro.

No total serão oferecidas 08 atividades formativas por ano, totalizando 16 encontros em 2 anos de projeto, podendo ser realizados 4 encontros presenciais a depender da disponibilidade de recursos.

Para cada encontro formativo serão disponibilizados diferentes materiais, tais como Power Point com o conteúdo, textos ou vídeos preparatórios e/ou complementares e indicações bibliográficas para aprofundamento.

ATIVIDADES QUE COMPÕEM A AÇÃO FORMATIVA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

Nome da atividade	Local	Carga horária anual*	Frequência estimada**	Descrição da atividade
-------------------	-------	----------------------	-----------------------	------------------------

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Educação e Valores Democráticos	AVA	3h	A definir	Este encontro pretende sensibilizar os participantes para a relação intrínseca entre educação em direitos humanos e promoção dos valores democráticos, com vistas a proporcionar o entendimento acerca da indissociabilidade entre a defesa da democracia e a prática de uma educação comprometida com a promoção dos direitos humanos e a formação para a cidadania.
Democracia na escola	AVA	3h	A definir	Neste encontro discutiremos o conceito amplo de democracia que aborda como a perspectiva democrática permeia - ou pode e deve permear - as atitudes no convívio cotidiano escolar, além das instâncias e possibilidades de participação, sempre causando impacto nas relações e no funcionamento da instituição escolar. A relação entre Democracia e DH - a escola pública como instituição plural e necessariamente democrática tanto na organização quanto nas práticas.
Gestão Democrática e Instâncias de participação	AVA	3h	A definir	Neste encontro serão apresentadas as concepções de <i>participação</i> como direito, tanto na perspectiva dos DH quanto da Democracia, da escola como espaço de aprendizagem da participação, os canais de participação como um conjunto articulado e suas potencialidades para a gestão democrática e a geração do sentimento de <i>pertencimento</i> entre estudantes e educadores.
Importância educativa das instâncias de participação	AVA	3h	A definir	Por meio de relatos e análise de experiências, o debate provocará reflexões sobre as U.Es como espaços de aprendizagem de participação e de relações democráticas, a importância da representatividade e o exercício do poder numa instituição democrática, a relação com a gestão e as atividades dos grêmios. Serão também trabalhadas as questões da <i>autoridade</i> , da punição/responsabilização e da responsabilidade dos adultos.
Formas de organização democráticas e participativas	AVA	3h	A definir	Partindo-se de experiências de participação dos estudantes e outros integrantes da comunidade escolar, este encontro se propõe a identificar possibilidades e processos de constituição das instâncias participativas, tais como: compreensão, preparação, eleição, processos de representatividade, integração dos órgãos representativos e gestão,
Práticas Democráticas	AVA	3h	A definir	Neste encontro o foco estará na necessidade da participação ativa no espaço público para que haja efetivamente vida democrática, uma vez que democracia não se resume a eleições e que uma educação democrática tem como objetivo maior promover a constituição de <i>sujeitos de direito</i> , que conheçam e estabeleçam relações de autonomia e responsabilidade com os direitos e deveres de cidadania, legitimando os valores dos DH.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

O papel educativo dos integrantes da Comunidade Escolar	AVA	3h	A definir	Neste encontro, será discutido o papel educativo dos adultos , nas diferentes funções que exercem nas escolas, através de temas como educação em valores, integração no território, entre outros.
Desafios e Possibilidades na construção das instâncias participativas	AVA	3h	A definir	Este encontro tem o objetivo de trazer à discussão algumas experiências exitosas na constituição de instâncias participativas por unidades escolares: quais foram os desafios do processo e como eles foram superados? Quais são os aprendizados para a comunidade escolar? serão algumas das perguntas basilares deste encontro.
* 24h de formação por ano, totalizando 48 horas no projeto; ** Nos encontros, a quantidade de público será definida conforme capacidade de público do local e plataforma a serem definidos.				

4.4. Eventos formativos integradores: Seminários Regionais e Grande Encontro envolvendo todas as Comissões de Mediação de Conflitos

Concepção

Um recurso formativo importante para integrar os participantes do projeto e valorizar sua participação é criar momentos de encontro onde sejam apresentadas e debatidas as concepções que embasam o projeto, bem como, possibilitem que educadores apresentem suas práticas nas Unidades Educacionais, e os estudantes suas realizações. Esses eventos, abertos a todas as CMCs da RME, têm como objetivo mobilizar as escolas, dar visibilidade ao trabalho desenvolvido e valorizar atividades importantes que fazem parte da cultura escolar, envolvendo não só a equipe escolar como também familiares dos estudantes. Serão compostos de atividades tais como palestras, mesas redondas, oficinas, apresentação de boas práticas, seminário, apresentação cultural. Os eventos serão articulados ao processo formativo que estará sendo desenvolvido no âmbito do projeto, socializando conhecimentos construídos, propondo questões para a reflexão coletiva e momentos de aprofundamento de temáticas que tenham se mostrado prioritárias pela recorrência no cotidiano das escolas.

Serão eventos formativos de 02 tipos:

Grandes Encontros das CMC - Reunião de integrantes das CMCs das escolas da rede, para debater e orientar temáticas que se mostrarem importantes para todas as escolas. Em cada Grande Encontro haverá a participação de especialistas convidados para aprofundar temáticas que se mostrarem relevantes para o trabalho das CMCs, na forma de palestra e/ou mesa redonda, seguidas de debates com o público. Serão realizados 02 Grandes Encontros ao longo do projeto, 01 a cada ano.

Seminários - Nessa atividade a prioridade será a apresentação, pelos educadores e/ou pelos estudantes, de trabalhos e situações de Mediação de Conflitos que tenham realizado nas UEs durante o desenvolvimento do projeto, seguido de comentários analíticos de especialistas convidados. As escolas submeterão seus trabalhos entre os quais serão selecionados 03, no mínimo 01 de cada DRE e analisados pelo especialista convidado e pelas equipes do IVH e da COCEU-DIGP. Em seguida, serão realizadas reuniões preparatórias entre os autores das experiências escolhidas e o especialista para orientar a apresentação dos trabalhos e aprofundar sua análise. Haverá, também, oferta de oficinas de trabalho com conteúdos que tenham se mostrado carentes de compreensão e/ou de práticas para o bom desenvolvimento da EDH e da Mediação, apresentação de temas para debate, painéis, entre outras atividades. As DREs definirão conjuntamente com a equipe do projeto e da COCEU-DIGP as pautas e o formato dos seminários, que envolverão todas as DREs. Serão realizados 02 Seminários Regionais (em cada polo) ao longo do projeto, cada um com duração de 6 horas.

Carga horária semestral de formação:

- semestre 1: 08 horas - Grande Encontro das CMC (3h dedicadas à reunião preparatória + 5h ao evento)
- semestre 2: 26 horas - Seminários Regionais (20h dedicadas às reuniões preparatórias + 06 horas ao seminário)
- semestre 3: 08 horas - Grande Encontro das CMC (3h dedicadas à reunião preparatória + 5h ao evento)
- semestre 4: 26 horas - Seminários Regionais (20h dedicadas às reuniões preparatórias com os polos + 06 horas ao seminário)

Público Alvo: Integrantes das CMC da RME

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Local: os locais dos eventos serão definidos em diálogo com as equipes técnicas das DREs e da COCEU-DIGP				
Número de servidores atingidos: 2600 Grande Encontro: 1300 Seminários: 1300				
ATIVIDADES QUE COMPÕEM A AÇÃO FORMATIVA EVENTOS INTEGRADORES, SEMINÁRIOS REGIONAIS E GRANDE ENCONTRO				
Nome da atividade	Local	Carga horária semestral	Frequência estimada*	Descrição da atividade
Grande Encontro das Comissões de Mediação de Conflitos da cidade de SP	A definir	8 h	650	O objetivo é reunir os integrantes das CMC em um encontro que possibilite um alinhamento dos conceitos fundamentais da EDH e da Mediação de Conflitos, que valorize a EDH e compartilhe entre toda a rede municipal as principais discussões, temas e abordagens de trabalhos realizados. O encontro deve contar com especialistas para acrescentar contribuições às ações das UEs e discutir os seus possíveis impactos. O Grande Encontro é composto por palestra, mesa redonda, debate com o público e atividade cultural.
Grande Encontro das Comissões de Mediação de Conflito da Cidade de São Paulo	A definir	8h	650	O objetivo é reunir os integrantes das CMC em um encontro que possibilite o aprofundamento conjunto das CMC sobre as perspectivas teóricas que apóiam as práticas e também, a partir de experiências já realizadas e tematizadas, um alinhamento de reflexões sobre temáticas identificadas como relevantes no período anterior ao encontro. O encontro deve contar com especialistas para acrescentar contribuições às ações das UEs e discutir os seus impactos.
Seminário Regional	Polo Regional	26 h	650	O objetivo é reunir as experiências das UEs numa troca mediada por profissionais convidados e, assim, incentivar as ações de acolhimento permanente nas práticas escolares.
Seminário Regional	Polo Regional	26 h	650	O objetivo é dar visibilidade às ações realizadas nas UEs, promover a troca de experiências, tematizando as potencialidades do trabalho, as dificuldades, possíveis contradições entre prática e teoria.
* Contemplando 13 DRE's				

4.5. Ações formativas com vistas a fortalecer as ações das Comissões de Mediação de Conflitos das DREs

Concepção O trabalho das CMC das DREs é fundamental para a promoção da cultura da mediação de conflitos na perspectiva da educação em direitos humanos na rede. Constituídas por equipes integradas por profissionais da DICEU, DIPED, NAAPA e SUPERVISÃO, são responsáveis por promover formação e fazer o acompanhamento das ações das escolas, dar apoio aos educadores e compreender os desafios e possibilidades para o avanço dessa política educacional. É fundamental, portanto, que tenham um processo formativo comum e integrado, de modo que, a partir das ideias fundamentais do programa, possam planejar suas diferentes práticas de modo complementar, tendo como foco central o desenvolvimento da educação nas escolas. Para atender a esse objetivo o formato mais adequado é o de Encontros Formativos que tenham espaço para fazer emergir questões do trabalho dos participantes, refletir sobre a prática, aprofundar questões, fazer planejamentos integrados, trocando experiências e dialogando coletivamente sobre como realizar o trabalho. Esse processo formativo será alimentado pelo material produzido na ação 5.2. deste documento: <i>Avaliação da implementação de Comissões de Mediação de Conflitos em Unidades Educacionais de uma DRE, por amostragem</i>. A análise dessa avaliação será feita pelos participantes, com vistas a elaborar um projeto de intervenção e acompanhamento das escolas, o que contribuirá para que a formação se articule às situações reais de trabalho. Os temas listados abaixo são considerados essenciais e deverão estar presentes nesses encontros, embora não seja necessário seguir uma sequência previamente estabelecida, tal como num curso. Serão realizados 05 encontros a cada ano, totalizando 10 encontros ao longo do projeto, numa sistemática bimestral e com duração de 04 horas, atendendo às CMCs das 13 DREs num total de 52 pessoas.				
COMPOSIÇÃO DA AÇÃO FORMATIVA				
Temas	Local	Carga horária anual	Frequência estimada	Descrição do tema
Concepção de conflito	SME	4h	52	Neste encontro, será abordado o que é nomeado como conflito, quais e como acontecem nas escolas, o que evidenciam na cultura escolar, como são realizadas as intervenções feitas pelos educadores e pela CMC da DRE.
Convívio escolar e produção de conflitos.	SME	4h	52	A organização e funcionamento da UE e sua relação com a ocorrência dos conflitos será o foco deste encontro. Para tanto, será realizado o mapeamento e análise das ocorrências de uma escola.
Conflito e produção social do sofrimento.	SME	4h	52	Este encontro tem como finalidade promover reflexões sobre as questões sociais que provocam conflitos e sofrimento, tais como racismo, lgtqia+fobia e discriminações de classe social para apresentar uma visão não individualista, psicologizante e/ou punitivista tanto das próprias questões quanto da intervenção educacional que cabe à escola. A partir dessas reflexões as/os participantes serão convidados a pensar o que é necessário e possível que a escola realize para promover mudanças na situação encontrada no mapeamento.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

A atuação das CMC nas escolas	SME	4h	52	O encontro irá tematizar a importância da atuação das CMCs nas escolas para promover a compreensão da mediação de conflitos como uma cultura escolar, articulada à EDH e os integrantes das comissões como articuladores da comunidade escolar e líderes do processo de implementação dessa política. As/os participantes serão então desafiados a definir o que cabe às CMCs das DREs na implementação dessa cultura pelas escolas bem como a necessidade e a importância de seu trabalho. Assim será possível aprimorar os processos de trabalho da equipe da DRE junto às escolas.
Princípios metodológicos EDH	SME	4h	52	Neste encontro, o foco será a metodologia, uma vez que o modo como se ensina e educa faz toda a diferença na aprendizagem e na formação dos sujeitos envolvidos nos processos. Quando se trata de educação em valores - proposta da EDH - isso se torna ainda mais evidente e demanda atenção especial. A metodologia da formação em EDH proposta pelo Respeitar é Preciso! evidencia os princípios da ação-reflexão-ação; a dialogicidade, a aprendizagem no coletivo, entre outros que necessitam ser coerentemente adotados em todas as dimensões do trabalho: na formação de formadores; na formação de educadores; na formação dos estudantes. Assim, deve ser no trabalho com as U.Es e o será também nessa formação.
Dimensões Educativas do Conflito	SME	4h	52	O objetivo deste encontro é analisar as diferentes camadas envolvidas nos conflitos para que se possa perceber suas dimensões educativas: inerente às relações humanas, eles podem ser oportunidades importantes para que a educação em valores se dê na prática. Espera-se, assim, ampliar o repertório dos membros das CMCs das DREs para sua atuação nas unidades educacionais. Este tema será sempre articulado à reflexão sobre a atuação dos educadores nas escolas e à prática das CMCs das DREs
Democracia na escola.	SME	4h	52	Uma das questões mais debatidas pelas escolas é a ideia de democracia e práticas escolares democráticas. Este encontro visa discutir essa questão e subsidiar as equipes para o trabalho de acompanhamento e formação em relação a esse tema: democracia e autoridade; canais de participação; autonomia de estudantes; participação da comunidade escolar na gestão são alguns exemplos. É interessante destacar aqui o papel da supervisão escolar para referendar e subsidiar práticas democráticas construídas pelas equipes escolares.
A especificidade da atuação dos integrantes das equipes das CMCs das DREs e as possibilidades de atuação	SME	4h	52	As CMCs das DREs (e também as das escolas) são formadas por profissionais que têm diferentes atribuições e responsabilidades. Para que sua atuação seja produtiva é importante tanto que conheçam o trabalho uns dos outros quanto que atuem de modo articulado, para o que precisam

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

complementar.				estabelecer pontos de complementaridade e como potencializar as ações dos outros. Esse tem se mostrado um grande desafio para essas equipes e será o foco de atenção deste encontro.
Planejamento coletivo - objetivos comuns para ações diferentes (momento 1)	SME	4h	52	Produzir coletivamente, levando em conta as diferenças das práticas uns dos outros é algo que se desenvolve na própria prática e por isso a formação precisa abrir espaços para esse exercício e para refletir sobre ele, construindo conhecimento a partir dessa reflexão contextualizada. O objeto do planejamento será a atuação dos diferentes integrantes das CMCs das DREs junto à uma escola, incluindo o modo de definir objetivos junto com a escola e buscando, nas ações distintas de cada cargo/função, potencializar esses objetivos. Por ser tão essencial, pelo menos 02 momentos formativos serão dedicados a ela, um no início do processo (momento 1) e outro ao final (momento 2).
Planejamento coletivo - objetivos comuns para ações diferentes (momento 2)	SME	4h	52	Nesse segundo momento de realização dessa atividade, a proposta buscará que os participantes comparem o que fazem com o que fizeram no momento 1 para que analisem em que progrediram e o que ainda precisam avançar.

4.6. Ação piloto sobre Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos

Concepção

Apresentamos a seguir a proposta de ação formativa para tratar das possibilidades de atuação relacionadas às violências psíquicas e simbólicas vivenciadas fora e dentro da escola, buscando compreender formas de acolhimento no campo da educação escolar e, com isso, subsidiar o aprimoramento de políticas públicas na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. A desigualdade estrutural que marca a sociedade e a explicitação dramática da injustiça social, bem como o aumento da ocorrência de ataques contra as escolas, violências contra crianças e adolescentes e a proliferação de discursos de ódio da internet mobilizados por uma espécie de ressentimento contra a instituição escolar tornam ainda mais urgente tratar disso.

O conjunto de atividades desta ação visa construir, coletivamente, formas de cuidar dos alunos e de quem cuida deles na escola e de definir o que é próprio da educação escolar em relação ao sofrimento psíquico dos alunos, questão que vem se tornando, infelizmente, bastante disseminada. Para isso, serão realizadas ações de formação e investigação conjunta entre o IVH, as equipes de mediação de conflitos das 13 DREs (formadas por representantes da DICEU, NAAPA, DIPED e Supervisão Escolar) e a equipe da SME-COCEU-DIGP, assim como ações formativas voltadas para grupos de gestores escolares.

Considerando o alto grau de sofrimento psíquico entre as crianças e os adolescentes, a ponto de levar à automutilação, ao suicídio e ao adoecimento de educadores, a questão central que norteia esta ação e para a qual buscará respostas, é a necessidade de explicitar:

- A distinção entre a educação escolar e a atuação da saúde mental no problema;
- O que cabe à educação escolar e que diretrizes podem orientar a atuação dos educadores da rede, em especial nos Ciclos 02 e 03 do EF, onde a maior concentração de casos emerge, de modo a construir um ambiente escolar que possibilite tanto aos estudantes quanto aos adultos uma vivência saudável e, na medida do possível, preventiva das expressões mais graves de sofrimento psíquico;
- Uma comunicação fluida e eficiente entre a educação e a saúde, sem que isso implique atribuir aos educadores as práticas que dependem do conhecimento específico da saúde, como por exemplo, a indicação de alunos para atendimento de saúde mental.

A finalidade da ação é, portanto, formular uma proposta de como trabalhar essa questão na perspectiva educacional, no contexto escolar, tomando alunos e educadores como sujeitos e a partir da compreensão da produção social do sofrimento psíquico. Buscar compreender como as questões sociais afetam as pessoas e o que a escola, como instituição educadora, pode e deve fazer para minimizar seus efeitos.

Estão previstas colaborações de consultores para subsidiar o grupo de trabalho a aprofundar-se em temas orientadores da ação, tais como os fatores sociais (políticos, culturais e econômicos) que resultam na produção do sofrimento e o quanto e como a escola produz e reproduz esses fatores; subsídios da psicologia escolar e da perspectiva intersectorialidade; as questões de raça, etnia, gênero e sexualidade que atravessam as experiências de sofrimento; a produção das violências na sociedade, na escola e nos territórios, as e intersecções da vida na escola com seu território e com a cidade, a especificidade da ação educativa, e como se diferencia das que são da responsabilidade da saúde.

Esta ação divide-se em 02 etapas destinadas à ampliação da discussão e investigação da temática junto às equipes das DREs nos territórios, durante as quais haverá um processo de monitoramento que dará insumos para o direcionamento das ações de modo a evidenciar as mais potentes na efetivação da sua finalidade e para a implementação de uma política para a rede municipal.

Na primeira etapa serão realizadas ações de formação e investigação conjunta entre o IVH, as equipes de mediação de conflitos de 4 DREs e da SME. Será criado o grupo de trabalho que terá momentos de estudo e planejamento conjunto, interação, sendo organizado em dois polos regionais com reuniões periódicas. Também será desenvolvido um trabalho de suporte e monitoramento da implementação de ações voltadas para a promoção do acolhimento e da saúde emocional dos estudantes e educadores na DRE Guaianases, território onde foram desenvolvidas ações formativas e de investigação na primeira fase do projeto piloto, correspondente ao termo de convênio n.º 02/2021.

Na segunda etapa, será criado um grupo de trabalho, por polos regionais, para as demais 9 DREs, com reuniões periódicas entre a equipe IVH, as equipes de mediação de conflitos das referidas DREs e da SME. Nesta etapa, também serão realizados encontros formativos para grupos de gestores escolares das DREs para apresentação e discussão do material desenvolvido a partir dos debates dos GT-Regionais e que consistirá, ao término do projeto, no texto final do novo Caderno do Respeitar é Preciso sobre Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da EDH..

ATIVIDADES QUE COMPÕEM O PROJETO PILOTO

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Nome da atividade: Reunião do Grupo de Trabalho Regional
Local em que será realizada: DREs
Carga horária semestral: 1º ano: 60h 2º ano: 90h
Número de servidores atingidos: não se aplica
Descrição da atividade: Serão criados GT-Regionais entre a equipe do IVH, equipes de mediação de conflitos das DREs (DICEU, NAAPA e Supervisão Escolar) e do órgão central da SME (DIGP e NAAPA) que irá definir, planejar e implementar as ações junto aos territórios. Estes grupos terão reuniões sistemáticas nas quais se vai elaborar as ações do projeto, definir modos de interação com as escolas, formas de registro, levantamento de dados, realizar momentos de estudo, consultoria e planejamento conjunto, entre outras ações, por meio das quais aprofundará a compreensão de questões que emergem do cotidiano das UEs e formas de atuação educacional.
Nome da atividade: Acompanhamento e Monitoramento das ações desenvolvidas na DRE Guaianases
Local em que será realizada: DRE Guaianases
Carga horária semestral: 1º ano: 40h
Número de servidores/estudantes atingidos: não se aplica
Descrição da atividade: Considerando que a primeira fase da ação piloto foi desenvolvida junto às equipes de NAAPA, DICEU e DIPED da DRE Guaianases, bem como aos gestores das unidades educacionais de ensino fundamental da referida diretoria, essa atividade consiste na elaboração de ferramentas e instrumentos para o monitoramento das ações realizadas no território a partir da participação no projeto piloto, bem como no acompanhamento e suporte à equipe de mediação de conflitos da DRE na elaboração e cumprimento de plano de ação com foco na temática do acolhimento e da promoção da saúde emocional de estudantes e educadores.
Nome da atividade: Assessoria no desenvolvimento de pesquisas de campo
Local em que será realizada: territórios das DREs
Carga horária semestral: 1º ano: 160h 2º ano: 280h

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Número de servidores/estudantes atingidos: não se aplica
Descrição da atividade: As assessorias serão realizadas para o levantamento de dados secundários e mapeamento dos territórios do grupo de DREs que compõem cada GT-Regional e para o desenvolvimento de pesquisas de campo junto a unidades educacionais que compõem os territórios das DREs referente às práticas de acolhimento existentes, às ações previstas nos projetos políticos pedagógicos das UEs relacionadas à temática, à percepção da comunidade escolar sobre as questões que dizem respeito à produção social do sofrimento psíquico, dentre outras.
Nome da atividade: Encontros formativos (EF) para Gestores Escolares
Local em que será realizada: À distância por meio de live, e/ ou, presencialmente, em espaço indicado pelas DREs
Carga horária semestral: 2º ano: 60h
Número de servidores atingidos: 1 gestor escolar de 20 escolas de cada DRE, totalizando 260 gestores. A carga horária dos encontros formativos ficaria distribuída da seguinte maneira: - GT-Regional 1: 12h - GT-Regional 2: 12h - GT-Regional 3: 12h - GT-Regional 4: 12h - GT-Regional 5: 12h
Descrição da atividade: Os Encontros formativos da ação piloto terão por finalidades: - Desenvolver um processo formativo sobre o tratamento educacional do sofrimento e o acolhimento - Dar a conhecer o andamento e as produções da ação à comunidade educativa - Promover a ampliação da reflexão dos GT-Regionais, dialogando com um número maior de educadores - Possibilitar trocas de experiência entre os educadores - Elaborar propostas de adaptações e ajustes no material que resultará no novo Caderno do Respeitar é Preciso Para isso os encontros estarão vinculados às demais ações, de modo que as questões levantadas e tratadas nelas, assim como a reflexão produzida, sejam socializadas. Os encontros terão metodologia participativa para que possam gerar conhecimentos que, por sua vez, alimentem a continuidade das demais ações do projeto. As inscrições para participação nos eventos serão definidas em conjunto com a SME.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Nome da atividade: Consultoria
Local em que será realizada: DREs e SME
Carga horária semestral: 1º ano: 60h 2º ano: 140h
Número de servidores atingidos: no mínimo 52 servidores, considerando as equipes de mediação de conflitos das DREs e a equipe da SME/COCEU/DIGP
Descrição da atividade: Estão previstas colaborações de consultores para subsidiar os GT-Regionais no aprofundamento de temas orientadores da ação, tais como os fatores sociais (políticos, culturais e econômicos) que resultam na produção do sofrimento e o quanto e como a escola produz e reproduz esses fatores; subsídios da psicologia escolar e da perspectiva intersectorialidade; as questões de raça, etnia e gênero que atravessam as experiências de sofrimento; a produção das violências na sociedade, na escola e nos territórios. Essas colaborações visam lançar luz sobre as intersecções da vida na escola com seu território e com a cidade, a especificidade da ação educativa no que se refere ao sofrimento psíquico e como se diferencia das que são da responsabilidade da saúde. Tais abordagens são essenciais para que as análises, planejamento e ações do projeto tenham a necessária profundidade e coerência com a EDH.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESCOPO DA AÇÃO:				
Atividade	Descrição	Carga Horária	Público-alvo	Etapas de Execução
Reunião do Grupo de Trabalho Regional	GT-Regional 1 (São Mateus e São Miguel): 6 encontros formativos	6 encontros, cada um com 5h, totalizando 30h	No mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos de cada DRE, totalizando no mínimo 16 servidores	Ano 1: (nov./23 a out./24)
	GT-Regional 2 (Campo Limpo e Capela do Socorro): 6 encontros formativos	6 encontros, cada um com 5h, totalizando 30h		

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Acompanhamento e Monitoramento das ações desenvolvidas na DRE Guaianases	Reuniões de planejamento com a equipe da DRE e GT-10, encontros formativos com o GT-37, totalizando, no máximo, 8 encontros/reuniões presenciais ou online.	40h	Até 3 gestores escolares por cada uma das 37 unidades educacionais e, no mínimo, 4 educadores das equipes de mediação de conflitos da DRE	
Assessoria no desenvolvimento de pesquisas de campo	Levantamento de dados secundários e mapeamento dos territórios do grupo de DREs que compõem cada um dos GT-Regionais.	160h (40h por cada um dos territórios das 4 DREs)	Não se aplica	
Consultoria ¹	Colaborações de consultores para subsidiar os GT-Regionais no aprofundamento de temas orientadores da ação.	GT-Regional 1: 30h GT-Regional 2: 30h	No mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos de cada DRE, totalizando no mínimo 16 servidores	
Reunião do Grupo de Trabalho Regional	GT-Regional 3 (a definir): 6 encontros formativos	6 encontros, cada um com 5h, totalizando 30h	No mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos de cada DRE, totalizando no mínimo 36 servidores	Ano 2: (nov./24 a out./25)
	· GT-Regional 4 (a definir): 6 encontros formativos	6 encontros, cada um com 5h, totalizando 30h		
	· GT-Regional 5 (a definir): 6 encontros formativos	6 encontros, cada um com 5h, totalizando 30h		
Encontros formativos (EF) para Gestores Escolares	· GT-Regional 1: 3 encontros formativo	3 encontros formativos com 4h cada, totalizando 12h	40 gestores, sendo 20 de cada uma das duas DREs do GT	

¹ A base de cálculo das horas de consultoria foram os encontros dos GT-Regionais, entretanto, considerando que essa ação adota como princípio o desenvolvimento de uma metodologia participativa, é preciso ter em vista uma margem de flexibilidade na distribuição das horas de consultoria entre encontros dos GT-Regionais com equipes das DREs e Encontros Formativos com Gestores, pois tal carga horária se relaciona diretamente com as demandas que surgirão ao longo das discussões no escopo da ação.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

	· GT-Regional 2: 3 encontros formativos	3 encontros formativos com 4h cada, totalizando 12h	40 gestores, sendo 20 de cada uma das duas DREs do GT	
	· GT-Regional 3: 3 encontros formativos	3 encontros formativos com 4h cada, totalizando 12h	60 gestores, sendo 20 de cada uma das três DREs do GT	
	· GT-Regional 4: 3 encontros formativos	3 encontros formativos com 4h cada, totalizando 12h	60 gestores, sendo 20 de cada uma das três DREs do GT	
	· GT-Regional 5: 3 encontros formativos	3 encontros formativos com 4h cada, totalizando 12h	60 gestores, sendo 20 de cada uma das três DREs do GT	
Assessoria no desenvolvimento de pesquisas de campo	Desenvolvimento de pesquisa de campo junto a unidades educacionais que compõem os territórios das DREs.	280h (40h por cada um dos territórios das 9 DREs que compõem os GT-Regionais)	Não se aplica	
Consultoria	Colaborações de consultores para subsidiar os GT-Regionais e os encontros formativos com gestores no aprofundamento de temas orientadores da ação.	· Encontros Formativos (GT-Regional 1): 10h · Encontros Formativos (GT-Regional 2): 10h · GT-Regional 3 e Encontros Formativos: 40h · GT-Regional 4 e Encontros Formativos: 40h · GT-Regional 5 e Encontros Formativos: 40h	No mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos de cada DRE, totalizando no mínimo 32 servidores e 260 gestores escolares.	

Em relação à prospecção de público-alvo atingido, o quadro abaixo resume a proposta:

GT-Regionais	Encontros formativos com gestores	Acompanhamento e suporte da implementação do projeto na DRE Guaianases
--------------	-----------------------------------	--

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

• <u>GT-Regional 1</u>: no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos de cada DRE, totalizando no mínimo 8 servidores neste GT • <u>GT-Regional 2</u>:no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs, totalizando no mínimo 8 servidores neste GT • <u>GT-Regional 3</u>:no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs, totalizando no mínimo 12 servidores neste GT • <u>GT-Regional 4</u>: no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs, totalizando no mínimo 12 servidores neste GT • <u>GT-Regional 5</u>:no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs, totalizando no mínimo 12 servidores neste GT	• DRE BT: 20 gestores • DRE CL: 20 gestores • DRE CS: 20 gestores • DRE FB: 20 gestores • DRE G: 20 gestores • DRE IP: 20 gestores • DRE IQ: 20 gestores • DRE JT: 20 gestores • DRE MP: 20 gestores • DRE PE: 20 gestores • DRE PJ: 20 gestores • DRE SA: 20 gestores • DRE SM: 20 gestores	GT-37: até 3 gestores escolares por cada uma das 37 unidades educacionais DRE G: no mínimo 4 educadores das equipes de mediação de conflitos da DRE
no mínimo 52 educadores das equipes de mediação de conflitos das DREs	no mínimo 260 gestores escolares das 13 DREs	115 servidores das equipes gestoras de 37 unidades educacionais da DRE Guaianases e equipe de mediação de conflitos da mesma DRE

4.7. Conteúdos de Linguagens e Sensibilização para complementar atividades formativas

Concepção

Linguagens e Sensibilização se configura como ação formativa que complementa cursos e demais atividades, favorecendo o engajamento de cursistas nas formações, nas reflexões e práticas de Educação em Direitos Humanos. A ação apoia, reverbera e dissemina conhecimentos de Educação em Direitos Humanos produzidos no âmbito do projeto - seja nos cursos, eventos, materiais didáticos e demais atividades. Assim, envolve o público direto do projeto e pode sensibilizar o conjunto da comunidade escolar, bem como se estender ao público em geral interessado em Educação em Direitos Humanos no contexto escolar.

Para atingir os objetivos de Linguagens e Sensibilização, o projeto irá elaborar anualmente um Plano de Linguagens e Sensibilização, que organizará as atividades e o cronograma desta ação formativa, que envolve curadoria, produção e publicação de conteúdos. Além disso, as ações de linguagens e sensibilização poderá contar com a participação de especialistas para alcançar os objetivos do projeto.

COMPOSIÇÃO DOS SUPORTES DA AÇÃO FORMATIVA

Nome da atividade	Frequência	Descrição da atividade
Conteúdos de Linguagens e Sensibilização	Permanente ao longo do projeto	- Produção de diferentes tipos de conteúdos como entrevistas, artigos e matérias, em formatos diversos, como textuais, audiovisuais ou visuais, de acordo com a curadoria de conteúdo. Estes conteúdos devem: disponibilizar informações e calendários sobre atividades do projeto; organizar sistematizações e registros, sejam fotográficos, audiovisuais ou textuais, produzidos a partir das atividades formativas; disseminar e aprofundar reflexões, trocas e aprendizados sobre EDH relacionadas ao projeto e ao público-alvo; divulgar e contextualizar materiais didáticos produzidos pelo projeto; valorizar e disseminar as perspectivas de sujeitos relacionados à Educação em Direitos Humanos e especialmente ao projeto, como especialistas, educadores, formadores, consultores e cursistas - Adequação e publicação dos conteúdos no Portal Respeitar é Preciso, e/ou em newsletter para cursistas, e/ou em materiais impressos
Materiais de divulgação	4 ao longo do projeto	- Criação textual, criação gráfica e impressão de materiais de divulgação como cartazes, folhetos, banners, panfletos, ecobags e outros recursos impressos ou digitais que possam ser utilizados para promover o projeto, informar o público-alvo sobre suas atividades e objetivos, incentivar a participação e o engajamento.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Revista/Jornal	2 ao longo do projeto	- Criação textual, criação gráfica e impressão de publicações periódicas que agrupem Conteúdos de Linguagens e Sensibilização , podendo abordar temas relacionados ao projeto, boas práticas, entrevistas e informações sobre as atividades em andamento.
Curadoria de conteúdos de Linguagens e Sensibilização	01 por ano	- Elaboração de curadoria das temáticas e formatos dos conteúdos e materiais produzidos, em diálogo com a equipe educacional do projeto, considerando: cronograma e organização temática das atividades formativas; necessidades e interesses demonstrados por cursistas ao longo das atividades formativas; adequação à realidade das Unidades Educacionais e perfil de cursistas; realização de práticas de Educação em Direitos Humanos na RME; pertinência e atualidade de temas de EDH no contexto social e escolar
*Importante destacar que os custos com a impressão dos materiais impressos podem variar dependendo da extensão, complexidade e qualidade desejada para cada material. Vale ressaltar ainda que os custos e ações <i>não contemplam a distribuição</i> , ficando sob responsabilidade da SME.		

4.8. Cadernos do Respeitar é Preciso!

Concepção

Esse material foi produzido pela equipe de educação do Instituto Vladimir Herzog com base em uma pesquisa realizada com professoras e professores, estudantes, gestoras e gestores, profissionais de apoio, familiares e outros atores das comunidades escolares. A equipe também usou o diálogo com cerca de mil educadores participantes do curso do projeto de EDH do IVH para complementar o conteúdo. Em 2019, o material ganhou versão nacional, trazendo questões urgentes do cotidiano escolar. Todo o material do projeto está disponível online por meio de seu Portal. A coleção é composta por sete volumes e aborda temas relacionados aos valores da educação em direitos humanos no contexto do convívio escolar e que se mostram urgentes de serem trabalhados: EDH para todas as idades; Respeito na Escola; Diversidade e Discriminação; Respeito e Humilhação; Sujeitos de Direito; Democracia na Escola e Mediação de Conflitos.

Diante das questões atuais que atravessam o cotidiano escolar e os novos dilemas da educação, faz-se necessária nova revisão textual, incluindo exemplos, temas e situações que tocam as unidades educacionais, sobretudo no contexto pós-pandêmico. Será feita uma compilação das discussões e acúmulo das reflexões realizadas no curso do projeto tanto na fase de vigência do convênio 2021-2023 quanto do período de 2023-2025. Também será elaborado um material de orientação pedagógica sobre a temática do Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos para os educadores e técnicos da rede municipal de educação. Este material dará forma a uma nova temática para um novo caderno da coleção Respeitar é Preciso!

Ações de revisão dos Cadernos do Respeitar é Preciso!

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Ação	Descrição da atividade
<i>Ilustração</i>	Contenham elementos visuais, como ilustrações, gráficos ou diagramas, é necessário investir na contratação de um ilustrador para criar esses recursos. Os custos podem variar dependendo da complexidade e quantidade de ilustrações necessárias para cada caderno
<i>Revisão</i>	A revisão dos Cadernos é um passo fundamental para garantir a qualidade e a precisão das informações apresentadas. Envolve a contratação de um revisor especializado, que irá analisar a obra em busca de erros gramaticais, de ortografia, de coesão e coerência, além de verificar se o conteúdo está adequado aos objetivos do projeto
<i>Atualização</i>	Contempla a atualizações em relação a conteúdo ou legislação vigente, pode ser necessário investir na contratação de um profissional que possa realizar essa atualização. Isso pode envolver a pesquisa de informações atualizadas, a revisão dos textos existentes e a inclusão de novos conteúdos relevantes
<i>Elaboração textual</i>	A elaboração textual refere-se à produção do conteúdo escrito dos Cadernos. Esse trabalho envolve a criação de textos que transmitem de forma clara e objetiva as informações e conceitos abordados pelo projeto. Pode ser necessário contratar um redator ou especialista na área para desenvolver o conteúdo dos Cadernos, levando em consideração os objetivos e diretrizes do projeto
<i>Diagramação</i>	A diagramação é a etapa responsável por organizar visualmente o conteúdo dos Cadernos, tornando-os atrativos e de fácil leitura. Envolve a criação de um layout, a seleção de fontes, a formatação dos textos, a inclusão de imagens e outros elementos visuais. É necessário contar com um profissional de design gráfico e diagramador para realizar essa tarefa.
*Para a nova edição dos Cadernos do Respeitar é Preciso! foram estimadas 5280 h, distribuídas em horas para: Leitura Crítica do material atual; Debate e Planejamento do novo projeto gráfico, textual e de conteúdo; Escrita dos diferentes volumes; Análise coletiva da escrita realizada pela equipe de EDH); Revisão técnica por consultores/as; Análise coletiva e ajustes; Revisão de Língua Portuguesa; Edição e Diagramação ** É importante destacar que os custos com os Cadernos podem variar dependendo da extensão, complexidade e qualidade desejada para cada material. Vale ressaltar que os custos com os Cadernos <i>não contemplam a impressão e a distribuição dos mesmos</i>.	

5. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para desenvolver as diferentes ações propostas neste edital, o IVH irá criar uma equipe central para coordenação geral e gestão do projeto, que será responsável pelo detalhamento do Plano de Trabalho de todas as ações e do planejamento das frentes de ação; seleção e contratação de formadores, especialistas e serviços; acompanhamento e supervisão das atividades formativas, de monitoramento e avaliação; elaboração de relatórios, articulação com a equipe da SME, além de executar o plano financeiro e a prestação de contas.

Cada frente de ação formativa contará com um planejamento detalhado a ser realizado conjuntamente entre a equipe de coordenação geral do projeto e profissionais contratados - formadores, especialistas e consultores - em diálogo com a equipe da DIGP, assim como de sua implementação. Para as ações à distância será desenvolvido um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em conformidade com as características específicas das ações aqui previstas, que ficará hospedado num portal próprio do projeto. O portal também disporá de uma biblioteca de EDH, um espaço para relatos de experiência e uma agenda de atividades de DH e de EDH. Além disso, a equipe de comunicação atuará em diferentes redes sociais para divulgar as ações e materiais do projeto e permitir interlocução entre os participantes das diferentes ações.

O monitoramento ao longo das ações será uma ferramenta fundamental para que o desenvolvimento do projeto possa ser acompanhado pelo IVH e pela SME, e ajustes possam ser feitos em atendimento ao cumprimento das metas. Para tal, serão realizados relatórios parciais ao longo do desenvolvimento das atividades formativas.

A produção de relatórios sistemáticos constitui-se como outra estratégia de verificação do cumprimento do objeto e de suas metas, contendo o registro das ações realizadas com descrição das atividades formativas, número de participantes e documentação fotográfica, com levantamento sistemático de dados referentes às atividades e à participação dos educadores. Além disso, serão realizadas análises sobre a qualidade das ações formativas ofertadas e desenvolvidas.

Para cada uma das metas são estabelecidos meios de verificação, como sintetizados abaixo:

5.1. Avaliação da implementação de Comissões de Mediação de Conflitos em Unidades Educacionais de uma DRE, por amostragem

Concepção

A criação das Comissões de Mediação de conflitos nas escolas e DREs, em 2015, foi um passo importante na política educacional da SME, voltada para a promoção de um convívio democrático, pautado pelos valores dos DH. Desde então vem, aos poucos, se constituindo em uma cultura de mediação de conflitos. Entretanto, promover uma mudança de cultura não é um processo linear e nem simples. A escola é, em si, uma realidade bastante complexa, uma vez que além de ter as questões sociais sempre presentes, o convívio entre pessoas diversas e os processos de ensino e de aprendizagem são extremamente complexos. Assim, é importante compreender, em profundidade, a atuação das CMC, suas possibilidades e seus entraves para, a partir desse conhecimento, fortalecer os processos de implementação e gestão desta política, corrigindo rotas e oferecendo os suportes necessários para que possam atuar no nível máximo de suas potencialidades. Para tanto propõe-se um estudo avaliativo (com uma amostra de possivelmente 10 escolas) que será realizada a partir da seguinte metodologia:

Um estudo avaliativo de efetividade que será realizado em 02 momentos - um inicial que levante a situação das unidades educacionais que possuam Comissões de Mediação de Conflitos, bem como das condições em que essas atuam neste sentido, resultando em subsídios para a elaboração de um plano para intervenção ou acompanhamento junto à essas escolas, e outro após a operacionalização dessa intervenção, para possibilitar a compreensão de mudanças e/ou efetividade das ações planejadas, verificando se essas ações resultaram em possíveis avanços das U.Es, e com isso elaborar orientações metodológicas para a rede.

O estudo avaliativo buscará analisar dados qualitativos, obtidos diretamente das/os integrantes das comunidades escolares (estudantes, gestão, equipes docente e de apoio, familiares dos alunos) e dados quantitativos, secundários, sobre o território dessas escolas e também dados de desempenho escolar, utilizando resultados de avaliações externas. A definição de todos os passos do estudo será feita em conjunto com a equipe de Educação em DH do IVH e da SME-COCEU-DIGP, assim como os resultados deverão ser apresentados e discutidos com as mesmas.

AÇÕES PREVISTAS	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA
Definição do campo da avaliação	Definição dos critérios para selecionar a DRE e as escolas.	25h.
Elaboração do plano de avaliação	Será elaborado a partir de interlocuções com as equipes do IVH e da DIGP. O plano deverá conter a definição da amostra, os indicadores a serem avaliados, o cronograma de execução, os instrumentos de investigação e a proposta das atividades a serem realizadas.	46h.
Execução de pesquisa qualitativa primária - V1	A ser realizada localmente, com representantes de todas/os os integrantes das unidades educacionais: estudantes, professores, gestores, equipes de apoio e familiares, de acordo com o plano elaborado.	400h.
Pesquisa quantitativa de dados primários das escolas	A ser realizada utilizando questionários numa amostra de integrantes das unidades educacionais.	40h.

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Pesquisa quantitativa de dados secundários	A ser realizada utilizando um roteiro que será formulado a depender do plano elaborado.	20h.
Reuniões de acompanhamento e alinhamento	Durante o processo serão realizadas reuniões para o alinhamento de avaliação.	60h.
Produção de relatórios informativos e analíticos	Serão produzidos relatórios com os resultados obtidos e a análise dos mesmos evidenciando as ações realizadas e suas correlações com os indicadores.	40h.
Plano de trabalho para intervenção e acompanhamento nas U.Es	Entre os 02 momentos de investigação será elaborado, em parceria com a SME-DIGP, um plano para intervenção formativa e de gestão junto à DRE de referência escolhida, com base nos dados levantados pela 1a investigação.	60h.
Acompanhamento das U.Es selecionadas	A intervenção, será feita com a finalidade de promover a superação dos entraves indicados pela pesquisa inicial e o maior aproveitamento possível das potencialidades encontradas.	32h.
Execução de pesquisa qualitativa secundária - V2	A ser realizada localmente, com representantes de todas/os os integrantes do primeiro estudo, para a averiguação da efetividade da implementação de acordo com o plano elaborado.	400h.
Elaboração de orientações metodológicas para as CMC	O produto final desta ação será a elaboração de orientações metodológicas para o trabalho das CMC nas UEs da Rede.	100h.

5.2. Escopo das ações de Monitoramento e Avaliação do projeto:

Concepção:

Para garantir o sucesso e a efetividade do projeto, foram estabelecidas diretrizes claras e estruturadas que estão descritas neste escopo das ações de Monitoramento e Avaliação. O escopo consiste em diversas etapas que visam acompanhar de forma sistemática e rigorosa o desenvolvimento e os impactos do projeto. Nesse sentido, o monitoramento desempenha um papel fundamental, permitindo o acompanhamento contínuo das atividades, a identificação de eventuais desvios e a tomada de ações

corretivas. Além disso, o monitoramento será seguido pela avaliação dos efeitos causados pelo projeto, buscando compreender sua efetividade e contribuição para o alcance dos resultados esperados.

Por meio desse plano, busca-se garantir a qualidade, a transparência e a eficácia do projeto, bem como o cumprimento dos indicadores e metas propostos. O monitoramento e a avaliação serão ferramentas essenciais para aprimorar as ações, promover ajustes necessários e maximizar o impacto do projeto, analisando o progresso do projeto. Respeitar é Preciso em suas últimas edições de forma comparada com a edição proposta, buscando, a partir da sistematização de dados, indicar as possibilidades de rumo e as mudanças que foram realizadas no âmbito educacional com o projeto.

5.2.1. Estratégias de monitoramento do projeto

A etapa de monitoramento desempenha um papel crucial no projeto, uma vez que possibilita o acompanhamento contínuo das atividades, permitindo revisar processos e corrigir possíveis gargalos na sua execução. Com o objetivo de assegurar uma avaliação adequada, segura e confiável, o monitoramento previsto será constante, gerando relatórios periódicos que serão utilizados pela equipe gestora como instrumento de revisão e aprimoramento das ações e atividades, com base nos dados sistematizados. Nesse contexto, o monitoramento será embasado na matriz de monitoramento inicial, que contemplará o que se pretende monitorar, e servirá como diretriz para as ações desenvolvidas, visando sua efetividade e alinhamento com os objetivos estabelecidos.

Essas estratégias de avaliação, que ainda serão realizadas no projeto, permitem uma análise aprofundada em diferentes momentos, fornecendo subsídios para ajustes, melhorias e tomadas de decisão ao longo de sua implementação.

5.2.2. Estratégias de Avaliação do projeto:

As estratégias de avaliação previstas para o projeto contemplarão duas diferentes dimensões: avaliação dos cursos e ações formativas e avaliação de resultados e de impacto do projeto. A avaliação dos cursos e das ações formativas busca compreender a percepção e índice de satisfação dos cursistas em relação à metodologia e aos temas abordados no curso. No que tange a avaliação de resultados e impacto do projeto na rede de ensino municipal, a avaliação pretende ser realizada em três etapas distintas: estruturação do plano de avaliação, avaliação da implementação que visa verificar se ocorreu de acordo com o planejado e avaliando o seu progresso ao longo do tempo, e avaliação de resultados e impactos. A avaliação da implementação considera a consistência das ações realizadas, a qualidade da execução, o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, além de identificar eventuais desafios e obstáculos enfrentados durante o processo. Já no que tange a avaliação de impacto do projeto, esta será baseada na análise dos dados coletados durante o projeto e em pesquisas qualitativas e quantitativas, respondendo a perguntas-chave sobre o sucesso do projeto em alcançar os resultados esperados, a adequação dos indicadores e as mudanças ocorridas nos locais em que o projeto foi implementado.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Meta 01: Ofertar a 650 participantes uma ação formativa sobre Educação em Direitos Humanos por ano, com vistas a atender um total de 1300 participantes em 2 anos
Monitoramento e Avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa para avaliar satisfação e mudança de conhecimento e/ou comportamento.
Meta 02: Ofertar a 650 participantes uma ação formativa para subsidiar e fortalecer as ações da Mediação de Conflitos nas atribuições das Comissões de Mediação de Conflitos em 1 ano e meio.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa para avaliar satisfação e mudança de conhecimento e/ou comportamento.
Meta 03: Ofertar às beneficiárias POT e famílias que compõem as instâncias de participação das unidades educacionais uma ação formativa em Educação em Direitos Humanos por ano, com vistas a realizar duas ações formativas em 2 anos.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa para avaliar satisfação e mudança de conhecimento e/ou comportamento.
Meta 04: Ofertar duas ações formativas sobre a importância de participação ativa no contexto escolar, tendo em vista as instâncias de participação democrática.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa para avaliar satisfação e mudança de conhecimento e/ou comportamento.
Meta 05: Ofertar a 650 participantes dois eventos formativos integradores por ano com vistas a divulgar boas práticas nas ações das Comissões de Mediação de Conflitos, com vistas a atender um total de 2600 participantes em dois anos.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença dos participantes, assim como pesquisa quantitativa para avaliar satisfação.
Meta 06: Ofertar a 52 participantes uma ação formativa com vistas a fortalecer as ações das Comissões de Mediação de Conflitos das DREs, contemplando as 13 DREs num período de dois anos, com vistas a atender um total de 52 participantes.

Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa e/ou qualitativa para avaliar satisfação e mudança de conhecimento e/ou comportamento, considerando diferentes públicos impactados pelas ações.
Meta 07: Ofertar seis encontros formativos para cada um dos 5 GT-Regionais sobre Acolhimento e Saúde Emocional na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos, impactando, no mínimo, 427 servidores diretamente.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da presença e frequência dos participantes, assim como entrega das atividades, quando aplicável. Aplicação de instrumentos de pesquisa quantitativa para avaliar satisfação e um estudo qualitativo sobre os impactos do projeto piloto nos públicos envolvidos.
Meta 08: Realizar a avaliação da implementação de Comissões de Mediação de Conflitos em Unidades Educacionais de uma DRE por amostragem.
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da execução do processo avaliativo, assim como da sistematização de dados e entrega de relatórios, quando aplicável.
Meta 09: Utilizar infraestrutura virtual para atingir um maior número de educadores da RME para aprimoramento das ações que tangem à Educação em Direitos Humanos e às práticas de fortalecimento de gestão democrática
Monitoramento e avaliação: Monitoramento da utilização da plataforma e pesquisa quantitativa e qualitativa de satisfação com relação aos conteúdos e à infraestrutura desenvolvida.

6. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

	Total
Pessoal envolvido na prestação de atividades de gestão e coordenação	R\$ 1.033.200,00
Pessoal envolvido na prestação de atividades de Monitoramento e Avaliação	R\$ 198.700,00
Pessoal envolvido na prestação de serviços de sensibilização e linguagem	R\$ 196.800,00
Pessoal envolvido na prestação de atividades administrativas e financeiras	R\$ 381.300,00
Pessoal envolvido na prestação das demais atividades administrativas e suporte	R\$ 169.740,00

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Pessoal envolvido na prestação das Ações Formativas	R\$ 553.500,00
Especialistas (consultorias, assessorias e oficineiros)	R\$ 343.925,00
Manutenção do Portal e Ambiente Virtual de Aprendizagem (atualização, adequação, plugins, design, arquitetura)	R\$ 104.000,00
Publicação/ documentação (produção, revisão diagramação, audiovisual, material de divulgação, cartazes, jornal, revista, ecobags ou correlatos)	R\$ 217.976,00
Alimentação e Logística (malotes, locação de equipamentos, deslocamento)	R\$ 321.000,00
Materiais de consumo (papelaria, material de escritório, serviços gráficos e afins)	R\$ 22.000,00
Material pedagógico	R\$ 26.000,00
Plataforma e ferramentas tecnológicas (licenças, softwares de análise de dados, popups, e afins)	R\$ 72.000,00
Cadernos do Respeitar é Preciso! (ilustração, revisão, atualização, elaboração textual, e diagramação)	R\$ 330.000,00
Eventos integradores (grande encontro, seminários e demais eventos formativos)	R\$ 60.000,00
Acessibilidade	R\$ 60.000,00
Indiretos	R\$ 806.028,20
Total	R\$ 4.896.169,20

O pessoal envolvido na prestação de atividades de gestão e coordenação desempenha papéis fundamentais em diferentes aspectos do projeto. A seguir, estão descritas brevemente as responsabilidades de cada uma das funções mencionadas: (i) *Coordenação Executiva*: A coordenação executiva é responsável pela supervisão geral do projeto e pela coordenação das diferentes equipes envolvidas. Essa função envolve a definição de metas e objetivos, o planejamento estratégico, a alocação de recursos e o monitoramento do progresso do projeto. A coordenação executiva também atua como ponto focal para a comunicação entre todas as áreas envolvidas e garante a implementação efetiva das atividades planejadas. (ii) *Coordenação de Educação Básica*: A coordenação de educação básica tem como foco principal o desenvolvimento e aprimoramento do ensino e da aprendizagem na educação básica. Essa função envolve o acompanhamento e a orientação dos professores e gestores escolares, o alinhamento dos currículos com as diretrizes educacionais, a definição de estratégias pedagógicas e a promoção de práticas inovadoras. A coordenação de educação básica também é responsável por avaliar o desempenho dos cursistas e identificar áreas de melhoria. (iii) *Coordenação Pedagógica*: A coordenação pedagógica trabalha em estreita colaboração com os professores, oferecendo suporte e orientação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. Essa função envolve a elaboração de planos de formação, a seleção de materiais didáticos, a organização de formações e workshops pedagógicos, além do acompanhamento do progresso dos cursistas. A coordenação pedagógica também desempenha um papel fundamental na identificação e implementação de estratégias de apoio aos cursistas com dificuldades. (iv) *Assessoria de Projetos*: A assessoria de projetos é responsável por fornecer suporte técnico e especializado em todas as fases do projeto. Essa função envolve a elaboração de planos estratégicos, a identificação de

recursos necessários, a análise de viabilidade, o monitoramento do progresso e a avaliação dos resultados alcançados. (v) *Supervisão Educacional*: A supervisão educacional desempenha um papel de supervisão e orientação no contexto escolar. Essa função envolve visitas regulares às escolas para acompanhar o trabalho dos professores, identificar necessidades de formação, orientar a implementação das políticas educacionais e garantir a qualidade do ensino. A supervisão educacional também desempenha um papel importante na mediação de conflitos, na contribuição de um ambiente escolar seguro e integrador.

O pessoal envolvido na prestação de atividades de monitoramento e avaliação desempenha papéis cruciais na obtenção de informações e na avaliação do progresso e impacto do projeto. Abaixo, estão descritas as responsabilidades das funções mencionadas: (i) *Assessoria de Monitoramento e Avaliação*: A assessoria de monitoramento e avaliação é responsável por fornecer orientação técnica e expertise no desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação. Essa função envolve a definição de indicadores de desempenho, a elaboração de planos de monitoramento e avaliação, a concepção de instrumentos de coleta de dados e a análise dos resultados obtidos. A assessoria de monitoramento e avaliação também auxilia na interpretação dos dados e na produção de relatórios para informar a tomada de decisões e o aprimoramento do projeto. (ii) *Consultoria de M&A (Monitoramento e Avaliação)*: A consultoria de M&A tem como objetivo fornecer expertise especializado na área de monitoramento e avaliação. Esses profissionais podem ser contratados para apoiar a concepção e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação, bem como na análise e interpretação dos dados coletados. A consultoria de M&A também pode oferecer recomendações e sugestões para melhorar a efetividade do projeto com base nas evidências encontradas. (iii) *Coleta de Dados*: Os prestadores de serviços de coleta de dados são responsáveis pela execução das atividades relacionadas à obtenção de informações relevantes para o monitoramento e avaliação do projeto. Isso pode incluir a realização de entrevistas, aplicação de questionários, coleta de dados estatísticos, observação direta e outras técnicas de pesquisa. Os prestadores de serviços de coleta de dados devem garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados obtidos, seguindo procedimentos metodológicos adequados. (iv) *Pesquisa de Campo*: A pesquisa de campo é uma atividade essencial para coletar informações em locais específicos, como escolas, comunidades ou outras áreas de intervenção do projeto. Os profissionais envolvidos na pesquisa de campo conduzem estudos e levantamentos para obter dados qualitativos e quantitativos relevantes. Essas informações podem ser obtidas por meio de entrevistas, grupos focais, observação participante, aplicação de questionários ou outras técnicas de pesquisa específicas.

O pessoal envolvido na prestação de atividades administrativas e financeiras desempenha funções essenciais para garantir o bom funcionamento do projeto. (i) A *assessoria administrativa* é responsável por fornecer suporte e orientação em questões administrativas. Essa função envolve atividades como a gestão de documentos, a organização de arquivos, a elaboração de relatórios administrativos, a coordenação de processos de contratação e a gestão de contratos com fornecedores e parceiros. A assessoria administrativa também é responsável por auxiliar na elaboração de orçamentos e no controle financeiro do projeto. (ii) A *coordenação administrativa* tem como objetivo principal gerenciar as atividades administrativas do projeto. Essa função envolve a supervisão e coordenação das equipes administrativas, a definição de procedimentos internos, o estabelecimento de metas e objetivos administrativos, o controle de prazos e o monitoramento das atividades realizadas. A coordenação administrativa também pode desempenhar um papel na gestão de recursos humanos, como a seleção e contratação de pessoal administrativo, a definição de cargos e responsabilidades.

O pessoal envolvido na prestação das demais atividades administrativas e de suporte desempenha funções importantes para garantir o bom andamento das operações do projeto. (i) *Assistente de Suporte aos Cursistas e Usuários*: O assistente de suporte aos cursistas e usuários é responsável por oferecer suporte técnico e auxílio aos participantes do projeto, como cursistas, professores e outros usuários envolvidos. Essa função pode envolver a resposta a dúvidas, a resolução de problemas técnicos relacionados ao uso de plataformas ou recursos digitais, o acompanhamento do progresso dos cursistas e o fornecimento de orientações gerais. O assistente de suporte desempenha um papel fundamental para garantir que os participantes tenham uma experiência produtiva durante o desenvolvimento do projeto. (ii) *Assistente de Tecnologia*: O assistente de tecnologia é responsável por auxiliar no gerenciamento e manutenção dos recursos tecnológicos utilizados no projeto. Isso pode incluir a configuração de hardware e software, a resolução de problemas técnicos, a atualização de sistemas, a manutenção de redes e servidores, e o suporte no uso de ferramentas digitais. O assistente de tecnologia também pode ser

responsável pela pesquisa e avaliação de novas tecnologias e pela identificação de soluções inovadoras para otimizar os processos relacionados à tecnologia no projeto. (iii) *Assistente Administrativa*: A assistente administrativa desempenha um papel multifuncional na execução de tarefas administrativas gerais. Essas responsabilidades podem incluir a organização de documentos e arquivos, a elaboração e o processamento de documentos administrativos, a gestão de correspondências, o agendamento de reuniões e eventos, a realização de atividades de controle financeiro básico, a manutenção de registros e relatórios atualizados, e o suporte administrativo geral para as equipes envolvidas no projeto. O assistente administrativo desempenha um papel fundamental para garantir que as atividades administrativas sejam realizadas de forma eficiente e eficaz.

O pessoal envolvido na prestação das Ações Formativas, especialmente as *formadoras*, desempenha um papel crucial na capacitação e desenvolvimento dos profissionais envolvidos no projeto. As formadoras são profissionais especializadas responsáveis por planejar, organizar e ministrar as ações formativas. Essas profissionais possuem expertise na área temática abordada no projeto e são responsáveis por transmitir conhecimentos, habilidades e competências aos participantes. Suas responsabilidades incluem a elaboração de materiais didáticos, a seleção de metodologias de ensino adequadas, a criação de planos de aula e a condução de atividades práticas e interativas. As formadoras também oferecem suporte e orientação aos participantes, esclarecem dúvidas, facilitam discussões e estimulam a reflexão crítica. Além disso, elas avaliam o progresso dos participantes e adaptam as estratégias de ensino conforme necessário.

As formadoras desempenham um papel fundamental no fortalecimento das competências dos profissionais envolvidos no projeto, contribuindo para o aprimoramento de práticas pedagógicas, o desenvolvimento de habilidades específicas e a disseminação de conhecimentos relevantes. Seu trabalho é essencial para promover a aprendizagem e a capacitação dos participantes, garantindo a implementação efetiva das políticas e diretrizes estabelecidas pelo projeto. É importante ressaltar que o trabalho das formadoras não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também envolve o estímulo à reflexão crítica, o incentivo à participação ativa dos cursistas e a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo e colaborativo. As formadoras desempenham um papel de facilitadoras, apoiando os participantes em sua jornada de desenvolvimento profissional e proporcionando um espaço para troca de experiências e construção coletiva do conhecimento.

Os especialistas que atuam como consultores, assessores e oficineiros desempenham papéis importantes em projetos, trazendo conhecimentos específicos e expertise em suas áreas de atuação. (i) *Consultores*: Os consultores são especialistas contratados para fornecer orientação e expertise em áreas específicas do projeto. Eles realizam análises, diagnósticos e oferecem recomendações com base em sua experiência e conhecimento técnico. Os consultores podem ser responsáveis por realizar avaliações externas, fornecer insights estratégicos, auxiliar na formulação de planos e estratégias, além de propor soluções para desafios identificados. Seu objetivo é apoiar o projeto com sua experiência e conhecimento especializado, contribuindo para o alcance dos objetivos estabelecidos. (ii) Os *assessores* têm um papel semelhante aos consultores, mas atuam de forma mais contínua e próxima ao projeto. Eles fornecem suporte e orientação técnica em áreas específicas, ajudando a equipe a desenvolver estratégias, tomar decisões e implementar ações. Os assessores atuam em diferentes aspectos do projeto, como gestão, planejamento, monitoramento, avaliação, comunicação, entre outros. Sua expertise contribui para aprimorar a qualidade e eficácia das atividades desenvolvidas, garantindo que o projeto esteja alinhado às melhores práticas e padrões. (iii) Os *oficineiros* são profissionais especializados em uma área específica de conhecimento ou habilidade prática. Eles são responsáveis por planejar, organizar e ministrar oficinas, cursos ou treinamentos em que compartilham seu conhecimento e habilidades com os participantes. Os oficineiros atuam em diversas temáticas, dependendo das necessidades do projeto. Sua função é facilitar a aprendizagem prática e interativa, promovendo a aquisição de novas competências pelos participantes.

Os serviços de manutenção do Portal e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são essenciais para garantir o funcionamento adequado e aprimoramento contínuo dessas plataformas. Esses serviços englobam uma série de atividades, incluindo: (i) *Atualização*: A manutenção do portal e do AVA envolve a realização de atualizações regulares do sistema. Isso inclui a aplicação de atualizações de segurança, correções de *bugs* e a implementação de novas funcionalidades e melhorias. A atualização do portal e do AVA visa manter a plataforma em conformidade com os padrões tecnológicos mais recentes e garantir a estabilidade e segurança do ambiente virtual. (ii) *Adequação*: A manutenção também envolve a realização de ajustes e adaptações na plataforma de acordo com as necessidades específicas do projeto. Isso pode incluir personalização do layout,

configuração de módulos e recursos adicionais, integração com outras ferramentas ou sistemas, e a adequação da plataforma às políticas e diretrizes estabelecidas pelo projeto. (iii) *Plugins e extensões*: Os serviços de manutenção também abrangem a instalação, configuração e atualização de plugins e extensões que podem fornecer recursos adicionais ao portal e ao AVA. Isso inclui a integração de ferramentas de comunicação, fóruns de discussão, recursos de avaliação, entre outros. A escolha e implementação dos plugins são realizadas com base nas necessidades específicas do projeto e no suporte às atividades de ensino-aprendizagem. (iv) *Design*: A manutenção do portal e do AVA envolve aprimoramentos relacionados ao design e usabilidade. Isso inclui a atualização do layout, a melhoria da navegação, a padronização visual, a organização dos conteúdos e a otimização da experiência do usuário. O design adequado e agradável do portal e do AVA contribuem para a participação e engajamento dos usuários, facilitando o acesso aos recursos e materiais disponíveis. (v) *Arquitetura*: A manutenção do portal e do AVA envolve também a avaliação e otimização da arquitetura da plataforma. Isso inclui a revisão e melhoria da estrutura de informações, a organização dos conteúdos em categorias ou áreas temáticas, a definição de permissões de acesso adequadas e a garantia da escalabilidade e desempenho do sistema.

Os serviços de publicação e documentação estão relacionados à produção, revisão, diagramação e criação de materiais diversos para divulgação e documentação do projeto. Esses serviços abrangem uma variedade de atividades, incluindo: (i) *Produção de conteúdo*: Os serviços de publicação e documentação envolvem a produção de conteúdo relevante e informativo relacionado ao projeto. Isso pode incluir a criação de artigos, relatórios, manuais, guias, documentos técnicos e outros materiais escritos. Os profissionais responsáveis pela produção de conteúdo garantem a qualidade, consistência e precisão das informações apresentadas. (ii) *Revisão*: A revisão é uma etapa importante no processo de publicação e documentação. Envolve a análise crítica do conteúdo para verificar a gramática, a ortografia, a coesão e a clareza das informações. Os revisores asseguram que os materiais estejam corretos, fluentes e adequados ao público-alvo, contribuindo para a eficácia da comunicação. (iii) *Diagramação*: A diagramação refere-se ao design visual e à organização dos elementos em um material impresso ou digital. Os profissionais responsáveis pela diagramação garantem que o layout seja atraente, legível e alinhado com a identidade visual do projeto. Eles também cuidam da disposição das imagens, gráficos, tabelas e outros elementos visuais para criar um produto final visualmente agradável e de fácil compreensão. (iv) *Audiovisual*: Os serviços de publicação e documentação podem envolver a criação de materiais audiovisuais, como vídeos, animações, podcasts e apresentações. Esses recursos são utilizados para transmitir informações de forma dinâmica e envolvente, agregando valor à sensibilização e linguagens e à disseminação do conhecimento. (v) *Materiais de divulgação*: Os serviços de publicação e documentação incluem a criação de materiais de divulgação, como cartazes, folhetos, banners, panfletos, ecobags e outros recursos impressos ou digitais. Esses materiais são utilizados para promover o projeto, informar o público-alvo sobre suas atividades e objetivos, e incentivar a participação e o engajamento. (vi) *Jornal e revista*: Em alguns casos, os serviços de publicação e documentação podem envolver a produção de um jornal e/ou revista específicos para o projeto. Essas publicações periódicas podem abordar temas relacionados ao projeto, compartilhar boas práticas, relatos de experiência, entrevistas e atualizações sobre as atividades em andamento.

Os custos com alimentação e logística são componentes importantes em projetos que envolvem deslocamentos, transporte de materiais e necessidades relacionadas à alimentação da equipe envolvida. Esses custos podem incluir: (i) *Alimentação*: Os custos com alimentação dizem respeito às refeições e lanches fornecidos durante o desenvolvimento do projeto. Isso inclui café da manhã, almoço e possíveis lanches intermediários. Dependendo da duração e das atividades do projeto, essas refeições podem ser fornecidas por meio de contratos com fornecedores ou diretamente pela instituição. (ii) *Logística de transporte*: Os custos de logística estão associados ao deslocamento de pessoas e materiais necessários para a execução do projeto. Isso inclui despesas relacionadas a transporte terrestre (como ônibus, táxis, carros de aplicativos ou veículos alugados), combustível e estacionamento. (iii) *Malotes e envio de documentos*: Em alguns projetos, é necessário o envio de documentos, materiais ou correspondências entre diferentes locais. Nesses casos, podem surgir custos relacionados ao uso de malotes ou serviços de courier para garantir a entrega segura e rápida desses itens. (iv) *Locação de equipamentos*: Dependendo das necessidades do projeto, pode ser necessário alugar equipamentos específicos, como computadores, projetores, telas, sistemas de som ou qualquer outra tecnologia ou infraestrutura necessária para realizar as atividades. Os custos com locação de equipamentos podem variar de acordo com a duração e complexidade do projeto.

Materiais de consumo referem-se aos gastos relacionados à aquisição de itens de papelaria, materiais de escritório, serviços gráficos e outros materiais utilizados no desenvolvimento do projeto. Esses custos podem incluir: (i) *Papelaria*: Os custos com papelaria englobam a compra de itens como cadernos, blocos de notas, envelopes, canetas, lápis, borrachas, clipes, grampos, fitas adesivas, etiquetas, entre outros. Esses materiais são utilizados para anotações, documentação, organização e outras atividades administrativas do projeto. (ii) *Material de escritório*: Os custos com material de escritório envolvem a aquisição de itens essenciais para o funcionamento do escritório, como pastas, arquivos, organizadores, grampeadores, perfuradores, tesouras, calculadoras, carimbos, entre outros. Esses materiais são utilizados para manter a documentação e os registros organizados, auxiliando nas atividades administrativas do projeto. (iii) *Serviços gráficos*: Os custos com serviços gráficos referem-se à contratação de empresas ou profissionais para a produção de materiais impressos, como cartazes, folhetos, panfletos, folders, convites, crachás e outros materiais de divulgação. Esses serviços podem incluir a criação do design, a impressão e, eventualmente, a entrega dos materiais produzidos. (iv) *Outros materiais de consumo*: Além dos itens mencionados anteriormente, os custos com materiais de consumo podem abranger uma variedade de outros materiais utilizados no projeto. Isso pode incluir fitas adesivas, etiquetas, toners, pilhas, baterias, CD/DVDs, equipamentos de limpeza, entre outros. Esses materiais são necessários para o funcionamento diário do escritório e das atividades do projeto. É importante considerar que os custos com materiais de consumo podem variar de acordo com a escala do projeto, o número de pessoas envolvidas, a quantidade de material necessário e a duração do projeto.

Material pedagógico referem-se aos gastos relacionados à aquisição de recursos didáticos e materiais de apoio utilizados no desenvolvimento das atividades formativas do projeto. Esses custos podem incluir: (i) *Livros e manuais*: A aquisição de livros e manuais educacionais é uma forma comum de custo associado ao material pedagógico. Esses recursos são utilizados pelos formadores e participantes do projeto como referência e suporte teórico durante as ações formativas. Podem incluir livros didáticos, guias pedagógicos, manuais de instrução, aquisição de cartilhas, jogos educativos, entre outros. Esses materiais são utilizados como ferramentas de apoio e práticas pedagógicas durante as atividades formativas, visando enriquecer a experiência de aprendizagem dos participantes. (ii) *Materiais manipulativos e experimentais*: Dependendo da abordagem pedagógica adotada no projeto, podem ser necessários materiais manipulativos e experimentais. Esses materiais incluem objetos concretos, modelos, kits de experimentos, materiais de laboratório, entre outros, que permitem aos participantes do projeto aprender por meio de experiências práticas e manipulação de objetos, estimulando a compreensão e a assimilação dos conteúdos de forma mais efetiva. É importante considerar que os custos com material pedagógico podem variar de acordo com a natureza do projeto, o público-alvo, a metodologia de ensino adotada e a escala das atividades formativas.

Os custos para **plataforma e ferramentas tecnológicas** estão relacionados aos gastos associados à utilização de sistemas, software, licenças e outras ferramentas tecnológicas que são necessárias para apoiar o projeto. Esses custos podem incluir: (i) *Licenças de software*: Dependendo das necessidades específicas do projeto, pode ser necessário adquirir licenças de software específicas. Isso pode incluir softwares de análise de dados, softwares de design gráfico, softwares de edição de vídeo, softwares de gerenciamento de projetos ou qualquer outro tipo de software especializado necessário para o desenvolvimento e acompanhamento das atividades do projeto. (ii) *Ferramentas de análise de dados*: Para projetos que envolvem coleta e análise de dados, pode ser necessário investir em ferramentas de análise de dados. Essas ferramentas ajudam a coletar, processar, visualizar e interpretar dados relevantes para o projeto, permitindo uma análise mais precisa e eficiente dos resultados obtidos. (iii) *Ferramentas de comunicação e colaboração*: Em projetos que envolvem equipes distribuídas geograficamente, é necessário investir em ferramentas de comunicação e colaboração online, como softwares de videoconferência, plataformas de mensagens instantâneas, sistemas de compartilhamento de arquivos e outras ferramentas que facilitem a comunicação e a colaboração entre os membros da equipe. (iv) *Pop-ups e ferramentas de interação*: Em alguns casos, podem ser necessárias ferramentas adicionais para aumentar a interatividade e o engajamento dos participantes. Isso pode incluir a utilização de pop-ups ou notificações para alertas e informações relevantes, ferramentas de interação em tempo real durante as atividades formativas, ou qualquer outra solução tecnológica que contribua para a experiência do usuário e o alcance dos objetivos do projeto. É importante considerar que os

custos com plataformas e ferramentas tecnológicas podem variar dependendo da escala do projeto, do número de usuários, das funcionalidades necessárias e das exigências específicas.

Os custos com os **Cadernos do projeto "Respeitar é Preciso!"** englobam diversos aspectos relacionados à produção desses materiais, como ilustração, revisão, atualização, elaboração textual e diagramação. Considerando que há uma revisão da obra completa e o desenvolvimento de um novo caderno, os custos específicos podem incluir: (i) *Ilustração*: Contenham elementos visuais, como ilustrações, gráficos ou diagramas, é necessário investir na contratação de um ilustrador para criar esses recursos. Os custos podem variar dependendo da complexidade e quantidade de ilustrações necessárias para cada caderno. (ii) *Revisão*: A revisão dos Cadernos é um passo fundamental para garantir a qualidade e a precisão das informações apresentadas. Envolve a contratação de um revisor especializado, que irá analisar a obra em busca de erros gramaticais, de ortografia, de coesão e coerência, além de verificar se o conteúdo está adequado aos objetivos do projeto. (iii) *Atualização*: Contempla a atualizações em relação a conteúdo ou legislação vigente, pode ser necessário investir na contratação de um profissional que possa realizar essa atualização. Isso pode envolver a pesquisa de informações atualizadas, a revisão dos textos existentes e a inclusão de novos conteúdos relevantes. (iv) *Elaboração textual*: A elaboração textual refere-se à produção do conteúdo escrito dos Cadernos. Esse trabalho envolve a criação de textos que transmitem de forma clara e objetiva as informações e conceitos abordados pelo projeto. Pode ser necessário contratar um redator ou especialista na área para desenvolver o conteúdo dos Cadernos, levando em consideração os objetivos e diretrizes do projeto. (v) *Diagramação*: A diagramação é a etapa responsável por organizar visualmente o conteúdo dos Cadernos, tornando-os atrativos e de fácil leitura. Envolve a criação de um layout, a seleção de fontes, a formatação dos textos, a inclusão de imagens e outros elementos visuais. É necessário contar com um profissional de design gráfico ou diagramador para realizar essa tarefa. É importante destacar que os custos com os Cadernos podem variar dependendo da extensão, complexidade e qualidade desejada para cada material. Vale ressaltar que os custos com os Cadernos não contemplam a impressão e distribuição.

Os **Eventos Integradores** no âmbito do projeto "Respeitar é Preciso!" São atividades que têm como objetivo promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, ampliar o conhecimento sobre temas relacionados aos direitos humanos, educação em direitos humanos, cultura de paz e enfrentamento das violências nas escolas e comunidades. Esses eventos incluem: (i) *Grande Encontro*: O Grande Encontro é um evento de maior escala, que reúne um grande número de participantes, como formadores, professores, gestores educacionais e representantes da comunidade escolar. Tem como propósito central fomentar o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de boas práticas em relação aos temas abordados pelo projeto. Pode incluir palestras, painéis, mesas-redondas, apresentação de trabalhos e atividades práticas. (ii) *Seminários*: Os Seminários são eventos formativos mais específicos e temáticos, que têm como objetivo aprofundar o conhecimento em áreas específicas relacionadas aos Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos. Podem ser realizados por especialistas, pesquisadores ou profissionais de destaque nessas áreas, e oferecem oportunidades de capacitação e discussão sobre temas relevantes. (iii) *Outros eventos formativos*: Além do Grande Encontro e dos Seminários, outros eventos formativos podem ser organizados, como workshops, oficinas, grupos de estudos, debates e fóruns temáticos. Esses eventos têm como objetivo proporcionar um ambiente de aprendizado colaborativo, no qual os participantes possam trocar conhecimentos, experiências e estratégias para a promoção da cultura de paz e dos Direitos Humanos nas escolas e comunidades. Os custos relacionados aos Eventos Integradores podem incluir despesas com a realização dos eventos, logística de transporte e hospedagem para participantes, alimentação, contratação de palestrantes e especialistas, produção de materiais e divulgação dos eventos. É fundamental realizar um planejamento detalhado, considerando os objetivos, a programação, o público-alvo e o orçamento disponível, a fim de garantir a efetividade e o sucesso dos Eventos Integradores, que desempenham um papel crucial no fortalecimento da formação, na disseminação da cultura de paz e no enfrentamento das violências nas escolas e comunidades.

Os custos com **acessibilidade** referem-se aos investimentos necessários para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou limitações, possam ter acesso e participação plena nas atividades do projeto "Respeitar é Preciso!". Alguns dos aspectos relacionados aos custos com acessibilidade podem incluir: (i) *Recursos de comunicação acessível*: É importante garantir que as informações e materiais relacionados ao projeto sejam acessíveis a todas as pessoas. Isso pode envolver a produção de

materiais em formatos alternativos, como textos em Braille, versões em áudio ou ampliadas para pessoas com deficiência visual, legendas e interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) para pessoas com deficiência auditiva. (ii) *Tecnologias assistivas*: Para apoiar a participação de pessoas com deficiência ou dificuldades específicas, pode ser necessário investir em tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela, teclados adaptados, ampliadores de tela, entre outros dispositivos que facilitem o acesso e a interação das pessoas com o conteúdo e as atividades do projeto. (iii) *Formação em acessibilidade*: É fundamental investir em formação e capacitação dos profissionais envolvidos no projeto, incluindo formadores, coordenadores e equipe de apoio, para que possam compreender as necessidades de acessibilidade e adotar práticas inclusivas em todas as atividades. (iv) *Consultoria especializada*: Dependendo da complexidade das demandas de acessibilidade, pode ser necessário contratar consultores especializados em acessibilidade para auxiliar na identificação e implementação das melhores soluções e práticas acessíveis. É importante ressaltar que a acessibilidade não deve ser vista apenas como um custo adicional, mas como um investimento essencial para garantir a igualdade de oportunidades e a participação plena de todas as pessoas no projeto "Respeitar é Preciso!". Ao considerar os custos com acessibilidade, é necessário garantir que essas ações estejam em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes de acessibilidade, visando criar um ambiente inclusivo e acessível para todos os participantes.

A **taxa administrativa** é um valor cobrado para cobrir os custos operacionais e administrativos relacionados à gestão e execução do projeto "Respeitar é Preciso!". Essa taxa é uma porcentagem ou um valor fixo aplicado sobre os recursos financeiros destinados ao projeto, sendo destinada a custear despesas administrativas e operacionais. Alguns aspectos relacionados à taxa administrativa podem incluir: (i) *Gestão administrativa*: A taxa administrativa destina-se a cobrir os custos relacionados à gestão e coordenação do projeto, como contratação de pessoal, pagamento de salários e encargos sociais, manutenção de escritório, equipamentos e infraestrutura administrativa. (ii) *Suporte financeiro*: A taxa administrativa também pode ser utilizada para cobrir despesas relacionadas à gestão financeira do projeto, como processamento de pagamentos, controle e prestação de contas, contratação de serviços de contabilidade, auditoria e consultoria financeira. (iii) *Despesas operacionais*: Além dos aspectos administrativos e financeiros, a taxa administrativa pode ser utilizada para cobrir despesas operacionais necessárias para a execução do projeto, como despesas com comunicação, aquisição de equipamentos e tecnologias, entre outros. (iii) *Capacitação e desenvolvimento*: Parte dos recursos da taxa administrativa também pode ser direcionada para a capacitação e desenvolvimento da equipe envolvida no projeto, incluindo treinamentos, formações e atualizações profissionais. Na taxa administrativa estão inclusas despesas relacionadas a itens como telefone, internet, aluguel e outros custos operacionais essenciais para o funcionamento adequado do projeto "Respeitar é Preciso!". (iv) *Telecomunicações*: Os gastos com telefone, incluindo linhas telefônicas fixas e móveis, bem como serviços de internet e acesso à rede, são considerados despesas operacionais e podem ser cobertos pela taxa administrativa. Esses recursos são necessários para a comunicação interna e externa, troca de informações, coordenação e execução das atividades do projeto. (v) *Aluguel e despesas com infraestrutura*: A taxa administrativa também pode englobar o pagamento de aluguel de espaços físicos, como escritórios, salas de reuniões ou centros de formação, utilizados para a realização das atividades do projeto. Além disso, despesas relacionadas à manutenção desses espaços, como limpeza, energia elétrica, água e outras taxas e encargos, podem ser contempladas pela taxa administrativa. (vi) *Serviços de terceiros*: Alguns serviços prestados por terceiros, como empresas de segurança, limpeza, manutenção predial e serviços gerais, podem estar incluídos na taxa administrativa, uma vez que são necessários para o pleno funcionamento das atividades do projeto. A taxa administrativa é uma prática comum em projetos e programas, uma vez que os custos de gestão e operação são necessários para garantir a eficiência e a sustentabilidade do projeto. É importante ressaltar que a definição e a aplicação da taxa administrativa devem ser transparentes e estar em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, visando a correta utilização dos recursos e a prestação de contas adequada. É importante ressaltar que a definição dos itens inclusos na taxa administrativa pode variar de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pela organização responsável pelo projeto "Respeitar é Preciso!" e deve ser transparente, levando em consideração a necessidade de cobrir os custos operacionais e administrativos de forma adequada e eficiente.

7. RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL

A equipe do projeto será responsável por elaborar e disponibilizar os relatórios técnicos de acompanhamento das atividades, bem como os relatórios de execução financeira, para apreciação da Comissão de Monitoramento da parceria, durante a execução do projeto e conforme acordado no termo de colaboração. Os relatórios mencionados servirão de base para a elaboração do relatório final e da prestação de contas final.

Os relatórios de execução, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, bem como a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas serão disponibilizados conforme o cronograma acordado com o gestor da parceria.

Em linhas gerais, os relatórios mencionados contém:

- Elementos que permitem o gestor da parceria avaliar o andamento de execução do objeto conforme pactuado;
- Descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance e verificação das metas e dos resultados esperados;
- Dados financeiros para se estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada;
- Conciliação das despesas com a movimentação bancária, de acordo com a frequência de repasses estabelecida;
- Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;
- Lista de presença de servidores formados.

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Desembolso	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Concedente: Repasse semestral (ano 1): 1º Parcela: R\$ 1.529.930,57	março/2024						X						
Concedente: Repasse semestral (ano 1): 2º Parcela: R\$1.529.930,57	setembro/2024												X
Desembolso	Mês	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24

ANEXO VI
Modelo de plano de trabalho

Concedente: Repasse semestral (ano 2): 3ª Parcela: R\$1.836.308,06	março/2025						X						
--	------------	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

São Paulo, 26 de setembro de 2023.



Rogério Sottili
Diretor Executivo
Instituto Vladimir Herzog